

**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**

**Reflexão Sobre o Papel do Desporto Escolar na Escola Pública,  
Fundamentada na Atividade Profissional Desenvolvida.**

(Relatório Sobre a Atividade Profissional)

**Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e  
Secundário**

LUÍS MANUEL ALVES COSTA

ÁGATA CRISTINA MARQUES ARANHA



**Vila Real, abril de 2016**



# **UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**

## **Reflexão Sobre o Papel do Desporto Escolar na Escola Pública, Fundamentada na Atividade Profissional Desenvolvida.**

(Relatório Sobre a Atividade Profissional)

### **Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário**

LUÍS MANUEL ALVES COSTA

ÁGATA CRISTINA MARQUES ARANHA

#### Composição do Júri:

Presidente:

Francisco José Félix Saavedra

Vogais:

Ágata Cristina Marques Aranha

Isabel Maria Rodrigues Gomes

**Vila Real, abril de 2016**



Relatório Detalhado Sobre a Atividade Profissional apresentado à UTAD como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, em conformidade com o nº 5 do artigo 10º do Regulamento para a obtenção do grau mestre pelos Licenciados Pré-Bolonha (recomendação CRUP), sob a orientação da Professora Doutora Ágata Cristina Marques Aranha.



À Susy, Susana, Simão e Ema



## MELHOR DE MIM

*Hoje, a semente que dorme na terra  
E se esconde no escuro que encerra  
Amanhã nascerá uma flor*

*Ainda que a esperança da luz  
Seja escassa  
A chuva que molha e passa  
Vai trazer numa luta amor*

*Também eu estou  
À espera da luz  
Deixo-me aqui  
Onde a sombra seduz*

*Também eu estou  
À espera de mim  
Algo me diz  
Que a tormenta passará*

*É preciso perder  
Para depois se ganhar  
E mesmo sem ver  
Acreditar!*

***È a vida que segue  
E não espera pela gente  
Cada passo que dermos em frente  
Caminhando sem medo de errar***

*Creio que a noite  
Sempre se tornará dia  
E o brilho que o sol irradia  
Há de sempre me iluminar*

*Quebro as algemas neste meu lamento  
Se renasço a cada momento  
Meu o destino na vida é maior*

*Também eu vou  
Em busca da luz  
Saio daqui  
Onde a sombra seduz*

*Também eu estou  
À espera de mim  
Algo me diz  
Que a tormenta passará*

*...  
Sei que o melhor de mim  
Está para chegar  
Sei que o melhor de mim  
Está por chegar*

*...*

Mariza, álbum "Mundo", letra de A.C. Firmino



## **AGRADECIMENTOS**

Como não podia deixar de ser, a elaboração de um trabalho com estas particularidades, exige de nós uma dedicação imensa, ao ponto de, em muitas ocasiões, nos levar a pensar em desistir. Daí que, a sua concretização só foi possível graças ao apoio, colaboração e estímulo de pessoas, cujo contributo foi de extrema importância para a sua conclusão. Deste modo, “há gente que fica na história, da história da gente...” (Mariza, fado “Chuva”, letra de Jorge Fernandes da Silva Nunes).

Assim, a essa “gente”, gostaria de expressar a minha sincera gratidão:

- À Professora Doutora Ágata Aranha, pela sua disponibilidade, apoio e orientação, desde o primeiro minuto.

- À colega e amiga Olga Carmo, pela revisão do português.

- À família, pelo seu apoio e compreensão nos momentos mais penosos.

Por último, um pensamento especial ao Fernando Purificação, “Marota” para os amigos, que a todos fintou e, partiu deixando todos os projetos por realizar. “As coisas vulgares que há na vida não deixam saudades, só as lembranças que doem ou fazem sorrir...” (Mariza, fado “Chuva”, letra de Jorge Fernandes da Silva Nunes).



# Índice Geral

	Página
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>XI</b>
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	<b>XIII</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>XV</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>XVI</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>XIX</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>XX</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>5</b>
1.1. Desporto Escolar .....	<b>7</b>
1.1.1. Resenha Histórica .....	<b>7</b>
1.1.2. Da Conceptualização à Identidade .....	<b>12</b>
1.1.3. Estrutura Orgânica .....	<b>15</b>
1.1.4. Objetivos .....	<b>24</b>
1.2. A dialética entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado .....	<b>25</b>
<b>2. CARATERIZAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL</b> .....	<b>31</b>
2.1. Ação Docente .....	<b>33</b>
2.1.1. Na escola pública desde 1995 a 2016 .....	<b>34</b>
2.1.2. No ensino especial .....	<b>37</b>
2.1.3. No ensino superior .....	<b>38</b>
2.2. Atividade Desenvolvida no Desporto Escolar .....	<b>39</b>
2.3. Controlo e Avaliação .....	<b>40</b>
<b>3. REFLEXÃO</b> .....	<b>43</b>
3.1. Considerações de Contexto .....	<b>45</b>
3.2. Justificação do Desporto Escolar na Escola Pública .....	<b>46</b>
3.3. Análise Estratégica (DAFO) .....	<b>52</b>
3.3.1. Debilidades .....	<b>54</b>
3.1.2. Ameaças .....	<b>56</b>
3.3.3. Forças .....	<b>57</b>
3.3.4. Oportunidade .....	<b>58</b>

3.4. Estratégias Para o Sucesso .....	59
3.5. O Futuro do Desporto Escolar na Escola Pública .....	63
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>71</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>81</b>
1. Registo Biográfico .....	83
2. Certidão de Licenciatura .....	86
3. Certidão de Pós-graduação .....	87
4. Certidão de Mestrado .....	88
5. Declaração de Serviço Docente na ESE – IPVC .....	89
6. Declaração de Serviço Docente na UFP .....	90

## Índice de Figuras

	Página
<b>Figura nº 1</b> – Organograma da estrutura nacional do Desporto Escolar .....	<b>16</b>
<b>Figura nº 2</b> – Organograma da estrutura regional do Desporto Escolar .....	<b>19</b>
<b>Figura nº 3</b> – Organograma do Clube de Desporto Escolar .....	<b>21</b>
<b>Figura nº 4</b> – Hierarquia da estrutura organizacional do Desporto Escolar .....	<b>23</b>
<b>Figura nº 5</b> – Proposta de modelo do Desporto Escolar .....	<b>68</b>

## **Lista de Abreviaturas**

**APPACDM** – Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Cidadão Deficiente Mental

**CDE** – Clube de Desporto Escolar

**CFD** – Centro de Formação Desportiva

**CNM** – Coordenação Nacional de Modalidades

**CONFAP** – Confederação Nacional das Associações de Pais

**CREDE** – Comissão de Reavaliação do Desporto Escolar

**DAFO** – Debilidades, Ameaças, Forças, Oportunidades

**DDE** – Divisão do Desporto Escolar

**DE** – Desporto Escolar

**DF** – Desporto Federado

**DGD** – Direção Geral dos Desportos

**DGE** – Direção Geral da Educação

**DGEFD** – Direção Geral de Educação Física e Desportos

**DGEstE** – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

**DGIDC** – Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

**DRE** – Direção Regional de Educação

**DS** – Direção de Serviços

**ESE** – Escola Superior de Educação

**DSPE** – Direção de Serviços de Projetos Educativos

**EF** – Educação Física

**EU** – União Europeia

**GCDE** – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar

**GGEBBS** – Gabinete Geral dos Ensinos Básico e Secundário

**GTDEFDE** – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar

**IPVC** – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

**ME** – Ministério da Educação

**NEE** – Necessidades Educativas Especiais

**UFP** – Universidade Fernando Pessoa



## Resumo

O presente relatório, enquadrado no âmbito da recomendação CRUP, visa a obtenção do grau de Mestre em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário. Não se limita ao mero relato dos factos, das vivências, das experiências e dos sentimentos passados, mas, pretende ir mais longe, promovendo a reflexão sobre o papel do Desporto Escolar na escola pública de hoje.

A sua concretização percorre a atividade profissional mais relevante, desenvolvida no período de tempo decorrido entre os anos de 1995 a 2016, destacando o desempenho no Desporto Escolar, e, ainda, três domínios diferentes, embora complementares, a saber: a docência no ensino público, o trabalho concretizado na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, em regime de destacamento e, a acumulação de funções no ensino superior.

Com base no manual de suporte à redação do relatório sobre a atividade profissional, adotado pela Universidade de Trás os Monte e Alto Douro, o corpo de texto divide-se em capítulos, compreendidos em três momentos. O primeiro momento dá resposta ao Desporto Escolar, no que diz respeito à sua história, identidade, estrutura orgânica, objetivos, e, tece no seguimento, considerações sobre a dialética entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado. O segundo momento corresponde à descrição da atividade profissional desenvolvida. O terceiro momento consubstancia uma reflexão crítica, sobre a justificação do Desporto Escolar na escola pública, a análise DAFO do atual modelo de Desporto Escolar, as estratégias para o sucesso e ainda, o Futuro do Desporto Escolar na escola pública. Neste último momento, estão implícitas conclusões e estratégias para o futuro.

**Palavras-chave:** Desporto escolar; Desporto Federado, Modelo de Desporto Escolar, Escola pública, Análise DAFO.

## Abstract

This report was written within the scope of the CRUP recommendation to obtain a Masters Degree in Physical Education Teaching in the Primary and Secondary school levels. It is not merely an account of past facts, experiences and feelings but aims to go further by encouraging a reflection on the role of the After-School Sports Program in today's public school.

It covers the most relevant professional activity developed between the years of 1995 and 2016. It highlights work in the After-School Sports Program as well as the following three different domains: teaching in the public school system, work done on secondment at the Portuguese Association of Parents and Friends of the Mentally Disabled Citizen and the accumulation of functions in higher education.

Based on the guidelines in the support handbook for writing a professional activity report adopted by the University of Trás-os-Montes and Alto Douro, the text is divided in chapters included in three moments. The first moment is about the After-School Sports Program with regards to its history, identity, organizational structure, aims and it comments on the dialectic between the After-School Sport Program and the Federated Sport. The second moment pertains to a description of the professional activity developed. The third moment constitutes a critical reflection about the need for the After-School Sports Program within the public school, the SWOT analysis of the present model of the After-School Sports Program, the strategies for success and still the Future of the After-School Sports Program in the public school. In this last moment, there are implicit conclusions and strategies for the future.

**Keywords:** After-School Sports Program, Federated Sport, Model of After-School Sports, Public School, SWOT Analysis

# INTRODUÇÃO



*A escola de massas, onde um professor ensina ao mesmo tempo e no mesmo lugar dezenas de alunos, nasceu com a revolução industrial mas chegou ao século XXI. Em dois séculos, mudaram os estudantes, mudou a sociedade e mudou o mercado de trabalho. Quando mudará a escola?*

(Martins, 2013)

Muitas vezes considerada como a melhor invenção do homem, a escola, materializou o direito à educação, plasmado na lei fundamental dos países democráticos. Longe de ser perfeita, a escola pública de hoje, é quiçá a única organização de oportunidades, que trata como iguais, todos os seus alunos.

Aos olhos dos políticos, ela assume, erradamente, o papel de solução para todos os problemas sociais. É sem dúvida significativo que a escola acompanhe as mudanças das comunidades que formam a sociedade, mas, não é menos importante, o papel transformador que ela deve exercer sobre essas mesmas comunidades.

Nesta perspetiva, o objetivo perseguido, no âmbito do Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, com a produção de um relatório de atividade profissional, não se limita ao mero relato dos factos, das vivências, das experiências e dos sentimentos passados, mas, almeja, promover a reflexão crítica sobre o papel do Desporto Escolar na escola pública.

O desporto possui dentro de si um encanto, que cativa e aproxima as pessoas. Na escola, ele deve ser fonte de alegria e diversão, primando pela valorização interpessoal e formação integral do indivíduo, a par da génese de oportunidades para o desenvolvimento da mestria.

Com forte sustentação na literatura, a primeira parte deste relatório, pretende elucidar sobre a evolução cronológica do Desporto Escolar em Portugal, dissecar a sua conceptualização e identidade, a sua estrutura, os seus objetivos e a relação com o Desporto Federado.

Num segundo momento, designado por “caracterização da prática profissional”, com minúcia, é explanada a experiência docente desenvolvida desde o ano letivo de 1995/96 até 2015/16 (Revelhe, Carrazedo de Monte Negro, Pinhão, Cerva, Mesão Frio, Moreira de Cónegos, Barcelos, Vila Seca, Fragoso e Paredes de Coura), com especial relevância para os ensinos da Educação Física, nos ensinos básicos e secundário, o desempenho no ensino

especial (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) e a docência no ensino superior (Universidade Fernando Pessoa e Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo), conjuntamente com a atividade desenvolvida no Desporto Escolar no papel de professor responsável de diferentes grupos/equipa e coordenador do projeto.

Por último, numa terceira parte do relatório, é dada ênfase à reflexão crítica, validade pela literatura e experiência acumulada, sob as designações de “justificação do Desporto Escolar na escola pública”, “análise DAFO”, estratégias para o sucesso” e “o futuro do Desporto Escolar na escola pública”.

Apesar da diversa investigação feita sobre a matéria Desporto Escolar e que corrobora a sua importância para a escola e a sociedade, quando falamos em conclusões e estratégias futuras, parece consensual que o caminho trilhado foi, e continuará a ser, balizado por duas variáveis incontornáveis: as finanças e a política.

A leitura reflexiva do passado, das tomadas de decisão e das práticas desenvolvidas, irão com certeza melhorar a assertividade nas decisões do futuro. Perseguido este princípio, é apresentado, sem qualquer tipo de pretensões, uma proposta de modelo de Desporto Escolar que, carecerá certamente, de análise e estudo.

# **1. REVISÃO DA LITERATURA**



## 1.1. Desporto Escolar

*Todos têm direito à cultura física e ao desporto.*

(Lei constitucional nº1/2005 de 12 de agosto)

O desporto é uma prática humana tão significativa na nossa época como foram as revoluções, o proletariado, os sindicatos ou a tecnologia moderna que emana da ciência. Mais ainda, para conhecermos a nossa época é necessário conhecer o significado e a trajetória histórica do desporto na nossa sociedade (Betrán, 1993).

Tal como no passado, o desporto assume hoje na nossa sociedade um papel de indiscutível relevo e importância. Segundo Betrán (1993, p. 12) “o desporto transformou-se por direito próprio na atividade mais emblemática dos nossos tempos, à qual tem acesso todos os estratos sociais”.

Ao longo dos anos, o desporto foi apropriado pelo poder político dominante e utilizado como instrumento de propaganda dos regimes. Nesta perspetiva, Pina (1994; 1995) considerou que o Desporto Escolar (DE), em particular, tem sido o reflexo de ideologias políticas e sociais. O autor vai ainda mais longe ao concluir que “o Desporto Escolar tem sido um instrumento estratégico ao serviço de duvidosos interesses pessoais e conjunturais, visando objetivos imediatos e normalmente pouco consistentes” (Pina, 1995, p. 1).

### 1.1.1. Resenha Histórica

A história do DE em Portugal remete-nos para o ano de 1932, com a publicação do Regulamento da Educação Física (EF) nos Liceus (Decreto nº 21.110 de 16 de abril de 1932). “Este texto legislativo/programático, verdadeira cartilha da educação física oficial” (Meirim, 1993, p. 230) considera que a EF não deve formar atletas, sendo estes a marca da decadência dos grandes povos. O decreto defende, fundamentalmente, a importância da ginástica, do remo, da natação e da equitação, como meios privilegiados na educação

integral do homem/cidadão. Em oposição, os desportos anglo-saxónicos e jogos atléticos, bem como os desafios e *matches* (em especial o *foot-ball*) são considerados como cheios de malefícios e sem interesse educativo.

Para Meirim (1993) o crescente entusiasmo pelo desporto levou a uma correção na posição política e, em 1936, o denominado Estado Novo promove a criação da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, responsável pelos primeiros grandes encontros desportivos e as primeiras competições desportivas escolares. Na época, as práticas físico-desportivas retratavam o espírito militarista e nacionalista, os seus principais objetivos prendiam-se com a preparação militar e a higiene do corpo (Pina, 1994). Mais tarde, em 1966, com a revisão do estatuto da Mocidade Portuguesa, é feita uma aposta nas atividades gímnicas desportivas escolares. São criados os primeiros centros de instrução especializados (vela e hipismo) e, surgem as primeiras iniciativas a envolver concentração de massas (Desporto Escolar, 2015).

Num país pouco escolarizado e maioritariamente analfabeto, a Mocidade Portuguesa assume a responsabilidade do desenvolvimento e promoção do desporto, também na vertente escolar, até 1973. Só a partir deste ano o desporto e a EF se revestem de importância pedagógica passando para a alçada da Direção Geral de Educação Física e Desportos (Decreto-Lei nº 82/73 de 3 de março) criada em 1971 pelo Decreto-Lei nº 408/71 de 27 de setembro. Porém, em 1974, com base no Decreto-Lei 694/74 de 5 de dezembro, a Direção Geral de Educação Física e Desportos passou a designar-se por Direção Geral dos Desportos. Em consequência, dá-se a separação entre a EF e o DE. A EF fica sob a tutela da Direção Geral correspondente, ou seja, a Direção Geral do Ensino Básico ou Direção Geral do Ensino Secundário, conforme o caso. Por seu lado, o Desporto Escolar fica integrado na Direção Geral dos Desportos, mais precisamente na Divisão do Desporto Escolar (Decreto-Lei nº 694/74 de 5 de dezembro).

Em 1976, no mandato do I governo constitucional, o DE migrou para as Direções Pedagógicas dos Ensinos Básico e Secundário e no ano seguinte é criada a figura de Responsável Nacional do Desporto Escolar, com a função primordial de coordenação e articulação com e entre as Direções Gerais Pedagógicas. Com a Portaria nº 434/78 de 2 de agosto, é apresentada a estrutura de funcionamento do DE que sob coordenação do Inspetor Superior de Educação Física era dividido em quatro níveis de coordenação: coordenação nacional (serviços centrais); coordenação distrital; coordenação concelhia (que contemplava também o ensino primário) e coordenação de estabelecimento de ensino

(grupos desportivos escolares). Aliás, os “Grupos Desportivos Escolares constituem-se como a imagem de marca deste período” (Pina, 1994, p. 3).

No ano de 1986, a estrutura anterior é extinta e o DE regressa novamente ao seio da Direção Geral dos Desportos que o promove através da criação de associações juvenis inspirado no modelo desportivo das federações (projeto “Clube de Jovens”).

Volvidos apenas mais três anos, em 1989, é criado o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, na dependência do Gabinete Geral do Ensino Básico e Secundário e do Diretor Geral dos Desportos. O DE passa a ganhar mais autonomia. Contudo, a necessidade de um maior desenvolvimento do sistema educativo nacional levou a que o desporto passasse a integrar a vida escolar, surgindo como componente da atividade educativa, apesar de manter o seu perfil de complemento curricular, concomitantemente com a EF que assume um caráter de disciplina curricular obrigatória nos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de fevereiro).

Com a publicação do Decreto-Lei nº 165/96 de 5 de setembro é criado o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, dotado de autonomia administrativa e equiparado a subdireção-geral. Pela primeira vez este órgão coordenador assume funções de planeamento, dinamização, avaliação e controlo (Freitas, 2002). Esta estrutura viria a ser substituída em 2003, passando a fazer parte da Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

A partir de 2006, o DE é equiparado a chefia de divisão.

Fazendo um ponto da situação, Pires (1990, citado por Pina, 1994, p. 2-3) sistematizou a evolução histórica do desenvolvimento do Desporto Escolar propondo oito períodos organizacionais, a saber:

1º Período – Livre associativismo ou modelo federado (1900 a 1936) – Compreende o período de tempo entre o início do século XX até 1936, ano da institucionalização da Mocidade Portuguesa. Foi caracterizado pela realização dos grandes encontros desportivos e pelos campeonatos escolares;

2º Período – Mocidade Portuguesa (1936 a 1973) – Este período de tempo vai desde o ano de 1936 até 1973, correspondendo à quase totalidade do tempo que durou a ditadura em Portugal. Foi marcado pela grande relevância das atividades gimnodesportivas escolares;

3º Período – Direção Geral de Educação Física e Desportos (1973 a 1974) – Iniciou-se no ano de 1973, com o Decreto-Lei nº 82/73 de 3 de março que atribuía à Direção Geral da Educação Física e Desportos as competências sobre a EF e desportos que até então pertenciam à Mocidade Portuguesa.

4º Período – Separação Orgânica do Desporto Escolar e da Educação Física (1974) – Teve a sua génese com o Decreto-Lei nº 694/74 de 5 de dezembro. Neste período surgiu um plano de desenvolvimento do DE sob a ação da então criada Divisão do Desporto Escolar;

5º Período – I Governo Constitucional (1974 a 1977) – Começa com a tomada de posse do primeiro governo constitucional e verifica-se uma transição progressiva do DE da Direção Geral dos Desportos para as Direções Gerais Pedagógicas;

6º Período – Direções Gerais Pedagógicas (1977 a 1986) – Iniciou-se com a publicação do Decretos-Lei nº 553/77 e nº 554/77 de 31 de dezembro que tira à Direção Geral dos Desportos as competências sobre o DE e as atribuí às Direções Gerais Pedagógicas e à Inspeção Geral do Ensino Particular e Cooperativo;

7º Período – Direção Geral dos Desportos (1986) – Surgiu com a publicação do Decreto-Lei 150/86 de 18 de junho, por parte do XI Governo Constitucional. As competências sobre o DE passam para o domínio da Direção Geral dos Desportos. Este período caracteriza-se pelo impulso dado ao associativismo juvenil.

8º Período – Lei de Bases do Sistema Educativo (1986 a 1991) – Teve início com a Lei nº 46/86 de 14 de outubro. O DE é colocado novamente na esfera do sistema educativo.

À sistematização explanada, por Pires (1990, citado por Pina, 1994), Pina (1994, p. 3) justifica a criação de um nono período:

9º Período – Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (GTDEFDE) 1992 a 2002 – Através do Despacho 1/SEAM/SESE/92 de 25 de janeiro é criado um grupo de trabalho para o desenvolvimento da EF e do DE que viria a ser substituído por um outro novo grupo de trabalho que funcionaria junto do gabinete do Ministro da Educação (Despacho nº 108 – A/ME/92 de 22 de julho).

Posteriormente, Teixeira (2007), propõe a inclusão de mais dois períodos aos nove já citados. As novas propostas são:

10º Período – Extinção do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e integração do Desporto Escolar na Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) 2002 a 2006 – Iniciou-se com o Decreto-Lei nº 208/2002 de 17 de outubro que aprova a nova orgânica do Ministério da Educação, extinguindo o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e atribuindo as competências de conceber, coordenar e acompanhar a EF e o DE à Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

11º Período – Criação das Associações Desportivas Escolares (2006) – a 22 de março de 2006, o Despacho nº 269/2006 cria a Comissão de Reavaliação do Desporto Escolar (CREDE). O organismo criado diagnosticou a situação do DE na época assim como a sua articulação com o sistema desportivo e, a 3 de julho de 2006, propõe uma série de medidas, cuja aplicação se iria iniciar no ano letivo 2006/07, a saber:

1ª - desenvolver competências motoras fundamentais nos alunos no 1º ciclo do ensino básico; 2ª - aumentar a participação dos alunos do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário nas atividades internas do DE; 3ª - desenvolver a qualidade e o nível desportivo das competições escolares; 4ª - sustentar a estratégia de desenvolvimento do DE; e 5ª - centrar na escola o processo de desenvolvimento do DE. (Gouveia, 2012, p. 37)

Na literatura existente, não são encontradas novas propostas de acrescento de novos períodos aos já inumerados, Conde (2012, p. 8), reforça a ideia, ao considerar “não existirem dados significativos que alterem esta divisão”.

Porém, no panorama nacional aconteceram dois momentos de suma pertinência e relevo ao ponto de poderem justificar a classificação em dois novos períodos. O primeiro prende-se com a publicação da Lei de Bases da Atividade Física e Desportiva (Lei nº 5/2007 de 16 de janeiro) que clarifica o âmbito e envolvimento da intervenção da EF e do DE no sistema educativo e cujos objetivos propostos são vertidos na sua plenitude nos programas do DE, destacando-se o de 2009 que, pela primeira vez, contemplou o horizonte temporal de 4 anos letivos consecutivos. O segundo momento tem que ver com a extinção da Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e a sua substituição pela Direção Geral da Educação (Decreto-lei nº 125/2011 de 29 de dezembro), vindo a sua estrutura a ser aprovada no Decreto-lei nº 14/2012 de 20 de janeiro.

No presente, o DE é assumido pela Divisão do Desporto Escolar (Despacho nº 13608/2012 de 19 de outubro), na figura do seu coordenador nacional, integrado na Direção de Serviços de Projetos Educativos (DSPE), pertencente à Direção Geral de Educação (Decreto-lei nº14/2012 de 20 de janeiro).

Em suma, “da condenação pura e simples do desporto, ao seu controlo total, passa-se agora a adquirir o desporto, como algo a que o cidadão, cada cidadão, tem direito, e, paralelamente a incumbir o estado de efetivar esse direito” (Meirim, 1993, p. 230). O século XX foi palco do crescimento exponencial das práticas desportivas, neste sentido, Ferreira (2003, p. 26) cognominou-o como “o século do desporto”. Nos últimos anos, até ao presente, os valores educativos no desporto, ou a educação pelo desporto, voltam a ser um caminho recorrente a ser seguido. Contudo da análise do passado conjugando-o com as dinâmicas sociais do presente, colocam muitas incertezas no futuro.

### **1.1.2. Da conceptualização à identidade**

Num país que se quer moderno, não podem ser descuradas as práticas físicas em qualquer uma das suas vertentes, quer educativa, competitiva, lazer ou saúde.

O “campo” do DE funde-se desde há muito com o da EF, partilhando hoje o conceito de educação integral (Delgado & Sancho, 2005; Matínez, 2006). No passado, a análise da sociedade identificou carências que foram necessárias corrigir. A EF e o desporto (escolar) foram por excelência o meio preferido para tentar colmatar as lacunas e as necessidades sociais.

Particularmente, após o 25 de abril de 1974, o percurso seguido pelo DE, de certa forma paralelo à disciplina de EF, tem em comum a dinamização, assumida pelos mesmos profissionais. Esta cumplicidade arrasta-se desde então para o bem e para o mal. Em ambos os casos, antes como agora, os programas e planificações adotadas, e a ação dos seus professores, privilegiam as questões técnicas que têm que ver com as aprendizagens específicas de cada desporto, em detrimento das questões educativas (Fraile, 2004). Em consequência, num olhar menos cuidado e, tendo em conta, também, as realidades concretas de cada escola, e, a forma como elas abordam e trabalham as duas áreas,

deparamo-nos com uma aparente sobreposição de ambas, quanto ao seu domínio. Como se tal não bastasse, todos os agentes com responsabilidades nestas matérias, em especial os estudiosos, têm contribuído para aumentar a confusão, ao referirem-se ao mesmo assunto com expressões diferentes, tais como desporto escolar e desporto em idade escolar (Delgado & Sancho, 2005). Sobre esta matéria, Pina (1997) e posteriormente Pereira (2005) reforçam o fato de existirem diferentes correntes de opinião sobre o conceito e objeto do DE.

Parece consensual que após o período revolucionário, a divisão entre EF e DE pretendia que este último assumisse protagonismo contribuindo para o desenvolvimento das práticas desportivas no país, tornando-as acessíveis a todos na escola democrática. Desta forma o DE assumiria uma cobertura nacional, proporcionando a todos os alunos, sem exceção, a oportunidade de praticarem uma modalidade desportiva. Paralelamente, aos olhos de alguns, configurava-se como um “viveiro de atletas” que iriam alimentar os clubes e associações desportivas (Moura, 2005, citado por Lucas & Bravo, 2005).

O Decreto-Lei 95/91 publicado em 26 de fevereiro, viria a balizar legalmente a atuação da EF e DE. Por um lado passa a considerar a EF como disciplina curricular obrigatória, ao passo que o DE assume a forma de atividade de complemento curricular e ocupação de tempos livres de caráter facultativo, definido como “o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo, ... integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo”. O diploma relega para segundo plano o papel do DE na escola pública, não assumindo de forma clara os objetivos perseguidos pelo projeto. Mais recentemente, a Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto no seu artigo 51º (segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo) esclarece que

o desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

A intenção dos governantes, implícita nos documentos publicados, reflete uma mudança de políticas. O DE, inicialmente conotado com as áreas do desporto, sofre alterações de rumo e passa a ser associado, definitivamente, às questões da educação. Assim, o propósito de universalidade, que visa todos os alunos, proporcionando-lhes a possibilidade de aderirem a um desporto, de forma estruturada, com vista ao progresso

através do treino e da competição, deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um meio para inculcar nas populações escolares, hábitos, condutas e valores para a vida em sociedade.

Aliás, esta questão dificilmente poderia ser tratada de outra maneira. Como membros de pleno direito da EU, o país não podia ficar indiferente à tradição humanista que serve como referência aos especialistas (em desporto) que constituem os diversos organismos da União Europeia (Delgado & Sancho, 2005).

Por contraponto, a Região Autónoma da Madeira, na transposição da legislação da república através Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M de 11 de janeiro, mais concretamente no art. 16º caracteriza o DE como “expressão desportiva não curricular” e vai mais longe ao explicar o que se pretende e como: “ao desporto escolar devem estar preferencialmente cometidas as fases de iniciação e de formação da carreira dos praticantes desportivos, bem como o desenvolvimento de vocações para o desempenho de funções, designadamente as de arbitragem e dirigismo desportivos” e ainda, “realiza a sua missão através de núcleos e clubes escolares, constituindo estes últimos um meio de articulação com o desporto federado”. De maneira descomplexada, a Região Autónoma da Madeira assume que pretende não só formar atletas, mas também árbitros, juizes e dirigentes, no fundo, desenvolver as diferentes modalidades desportivas, por meio do DE em inter-relação com o DF.

Apesar de todos os progressos científicos e sociais, a abrangência e, o domínio do DE, hoje, não são passíveis de consenso, espelhando o caminho tortuoso feito ao longo da história recente do país (Mota, 1997). Continua a ser possível, num país tão pequeno encontrar tantas diferenças em coisas que à partida deveriam alcançar o entendimento, reforçando desta forma a imagem de “um povo de eiras pequenas e muros altos”.

A quantidade de variáveis que constituem ou intervêm no desporto, a sua multiplicidade e dinamismo, tornam difícil qualquer tentativa de perfilar a sua identidade, em particular na sua vertente escolar. Da revisão da literatura fica a ideia da existência de diferentes desportos, mas acima de tudo, a de um fenómeno complexo, embora apaixonante, que assume diferentes dimensões ou manifestações (Quiroga, 2000).

No ano de 1992, em Rhodes, os ministros europeus responsáveis pelo desporto elaboraram um documento denominado “Carta Europeia do Desporto” que, acima de tudo, uniformiza e traça as linhas políticas a seguir pelos países europeus, identificando o desporto como

todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis (Carta Europeia do Desporto, 1992, p. 3).

Na realidade, apesar da existência de diferentes opiniões conceptuais no campo teórico, no terreno, a materialização do DE é feita através da reprodução de um modelo tradicional (ou competitivo) de desporto dos adultos (Delgado & Sancho, 2005, Izquierdo & Esmel, 2005).

### **1.1.3. Estrutura Orgânica**

O DE tem sofrido ao longo dos anos alterações no que diz respeito à sua acomodação dentro do “edifício” governamental. Todavia a sua estrutura orgânica vem-se mantendo praticamente inalterada desde a publicação do Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de fevereiro. Os Decretos-Lei 133/93 e 141/93 de 26 de abril vieram aprovar a lei orgânica do Ministério da Educação (ME) e estabelecer a orgânica das Direções Regionais de Educação (DRE, hoje com outra nomenclatura). Assim ficou desenhada a coordenação da EF e do DE tal como a sua articulação com as Direções Regionais e esclarecida a competência de apoiar e acompanhar os estabelecimentos de educação e ensino nos âmbitos técnico pedagógico, de ação social escolar e de DE.

Mais recentemente, com a publicação do Decreto-Lei nº 125/2011 de 29 de dezembro, é criada a Direção Geral de Educação e posteriormente o Decreto-Lei nº 14/2012 de 20 de janeiro define a sua estrutura. Na mesma linha reformista, o Decretos-Lei nº 266-G/2012 e nº 266-F/2012 de 31 de dezembro dão corpo e conteúdo à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) que, em síntese, vêm substituir as Direções Regionais de Educação (DRE) por unidades orgânicas descentradas de âmbito regional designadas por Direção de Serviços (DS).

Na figura nº 1 podemos observar de forma sintética e, em termos de âmbito nacional, a disposição hierárquica do DE.

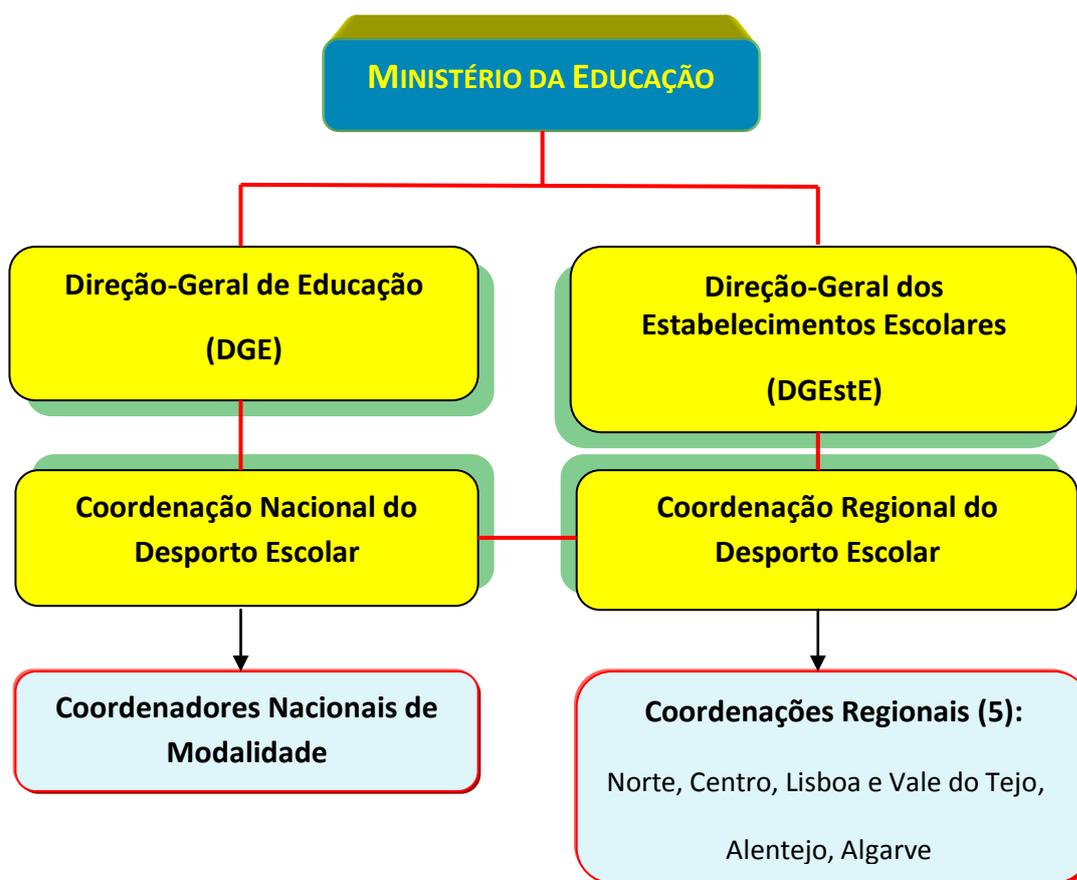


Figura nº 1 – Organograma da estrutura nacional do DE (Programa do Desporto Escolar 2013/2017, p. 3).

Dentro da DGE são criadas unidades orgânicas flexíveis com nível de divisão (Despacho nº 13608/2012 de 19 de outubro), destacando-se a Divisão do Desporto Escolar (DDE), na dependência da Direção de Serviços de Projetos Educativos (DSPE). Em consequência, a DDE desenvolve as suas atividades no âmbito das atribuições da DGE em matéria de DE, destacando-se, entre outras, as suas funções de promover o DE junto das escolas; planear, orientar, acompanhar, promover e avaliar projetos, programas e atividades; promover e apoiar a realização de ações de formação para professores e alunos e assegurar a articulação entre o DE e o DF, e, ainda, a operacionalização da Coordenação Nacional das Modalidades (CNM), esta constituída por técnicos e docentes convidados que tecem sugestões e elaboram pareceres de carácter consultivo. De acordo com o Programa do Desporto Escolar 2013/2017 (p. 15), para operacionalizar as suas funções à DDE compete:

a) elaborar o plano anual de atividades (âmbito nacional); b) gerir os programas e projetos inerentes ao Desporto Escolar; c) supervisionar a organização das competições nacionais do Desporto Escolar; d) conceber estratégias de desenvolvimento das modalidades; e) elaborar os regulamentos e a documentação de apoio ao desenvolvimento do Desporto Escolar; f) promover a realização de ações de formação que contribuam para o desenvolvimento do Desporto Escolar; g) planear e supervisionar a participação em atividades desportivas internacionais; h) definir, monitorizar e avaliar os projetos complementares; i) constituir um grupo de especialistas em modalidades específicas (Coordenadores Nacionais de Modalidade) para assessorar e submeter à consideração da Coordenação Nacional do Desporto Escolar os planos de desenvolvimento das modalidades e j) apresentar o relatório de avaliação anual de atividades e o relatório de avaliação final do Desporto Escolar.

Por seu lado, à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), fundamentada na Portaria nº 29/2013 de 29 de janeiro, que a estrutura em unidades orgânicas designadas de Direções de Serviços das Regiões (antigas DRE) “compete assegurar a implementação a nível regional dos diversos programas, projetos e atividades do desporto escolar, em articulação com a Direção-Geral de Educação” (artigo 3º, alínea e). Note-se que ficam excluídas desta estrutura as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Assim, de acordo com o Projeto do Desporto Escolar 2013/2017 (p.16), as responsabilidades das coordenações regionais são:

- a) Elaborar o plano de atividades da unidade organizacional (âmbito regional);
- b) Propor o número e âmbito geográfico das coordenações locais do Desporto Escolar, assim como os recursos humanos necessários;
- c) Analisar os pareceres das coordenações locais relativos aos projetos dos Clubes do Desporto Escolar dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;

- d) Assegurar a participação dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas nos Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar;
- e) Apresentar à Coordenação Nacional a monitorização das atividades do Desporto Escolar, de acordo com o Plano Anual de Atividades do Desporto Escolar;
- f) Organizar e acompanhar as atividades de âmbito nacional realizadas em conjunto com as unidades organizacionais de proximidade;
- g) Planear e organizar as atividades de âmbito regional em articulação com as coordenações locais;
- h) Promover as ações de formação para alunos intervenientes no Desporto Escolar;
- i) Assegurar a realização das atividades de âmbito nacional que lhes tenham sido delegadas pela Coordenação Nacional, em articulação com as coordenações locais;
- j) Apresentar um relatório anual de atividades.

De seguida, na figura nº 2, podemos verificar a disposição regional, destacando-se as cinco coordenações regionais, integradas nas direções de serviços das regiões e ainda as respetivas coordenações locais que lhes estão atribuídas.

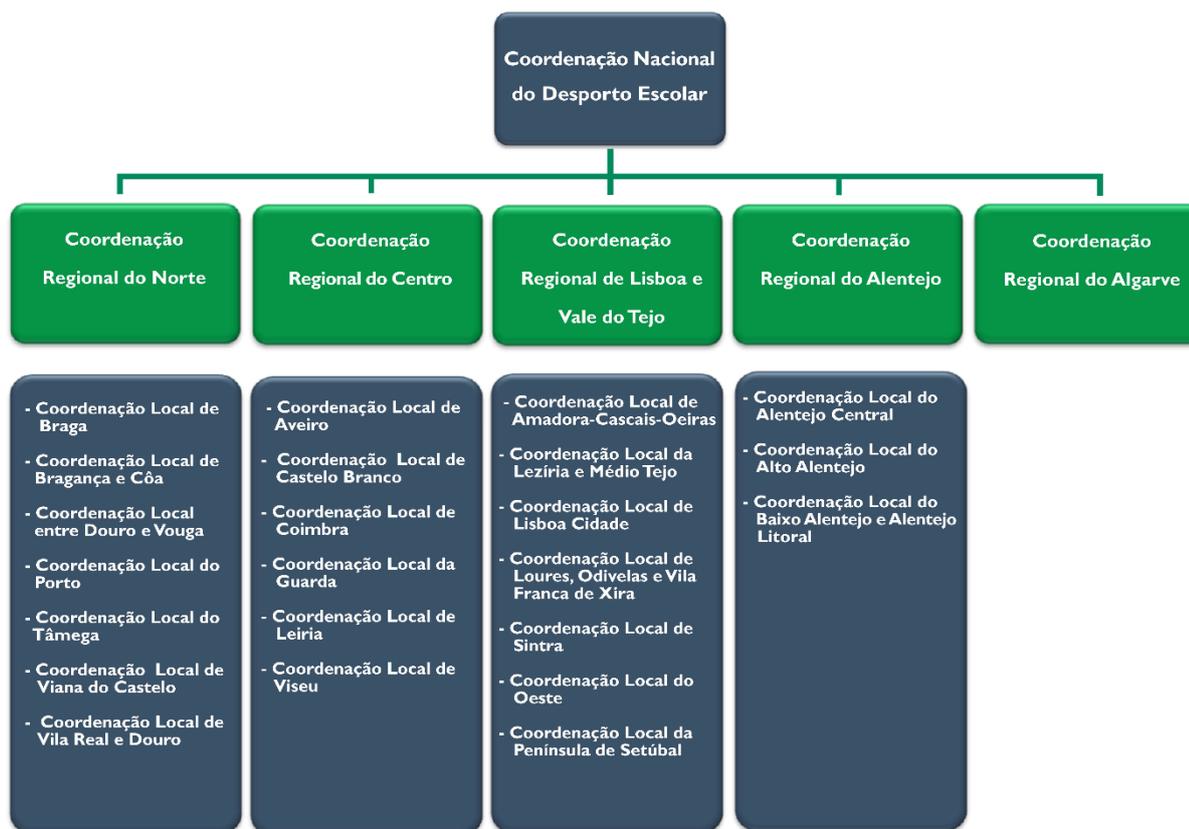


Figura nº 2 – Organograma da estrutura regional do DE (Desporto Escolar. [em linha]. *Direção Geral de Educação – Ministério da Educação*).

Cada coordenação local é uma estrutura de proximidade, composta por um coordenador e professores de apoio às modalidades. As principais atribuições são:

- Elaborar o plano anual de atividades (âmbito local);
- Dinamizar as suas atividades em articulação com a Coordenação Regional do Desporto Escolar e as atividades nacionais em articulação com a Coordenação Nacional do Desporto Escolar;
- Promover as ações de formação para os alunos intervenientes no Desporto Escolar;
- Analisar e dar parecer sobre os Projetos dos Clubes do Desporto Escolar em articulação com a Coordenação Regional do Desporto Escolar;
- Supervisionar as atividades dos Clubes do Desporto Escolar;
- Apresentar o relatório anual do plano de atividades. (Projeto do Desporto Escolar 2013/2017, p. 16-17).

No terreno, o trabalho de maior visibilidade da coordenação local corresponde ao apoio às escolas subordinadas, à organização dos campeonatos desportivos interescolas e competições regionais em coordenação com a coordenação regional.

Seguindo na análise da estrutura do DE, surge o Clube de Desporto Escolar (CDE), por ventura o elemento mais importante, pois é ele a unidade organizacional executiva por excelência, responsável pelo desenvolvimento do programa do DE no agrupamento de escolas ou escola não agrupada. Compete ao CDE, presidido pelo diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, por inerência, elaborar e submeter ao Conselho Pedagógico o projeto de DE.

A estrutura base do CDE comporta ainda um coordenador técnico e os responsáveis pelos grupo-equipa. Qualquer uma destas funções, é desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por professores de EF, estando as suas responsabilidades claramente explanadas no programa do DE e legislação afeta.

No que diz respeito ao modelo organizacional, as diferentes modalidades desportivas coletivas ou individuais contempladas no Programa do Desporto Escolar são desenvolvidas a três níveis: nível 1, 2 e 3.

Na continuidade, o Despacho nº 6984-A/2015 de 23 de junho, esclarece que o nível I corresponde ao “conjunto de atividades que visam a promoção e divulgação desportiva”, desenvolvidas pelos professores de EF na sua componente não letiva (do seu horário de trabalho), em conformidade com os conteúdos desenvolvidos nas aulas. As atividades aqui contempladas, habitualmente designadas por atividade interna, correspondem no fundo aos torneios inter-turmas, corta-mato de escola, dias temáticos, Mega Sprint, Gira Volei, Nestun Rugby, Compal Air 3x3, Olímpico Jovem, Fit Escola e formação de juízes e árbitros, entre outras. No nível II, o mesmo despacho ministerial, engloba “atividades de treino desportivo regular dos grupos-equipa e de competição desportiva interescolar formal, de âmbito local, regional, nacional e internacional” e, quanto ao nível III, são consideradas as “atividades de aprofundamento da prática desportiva, treino e competição, em modalidades e grupos-equipa de elevado potencial desportivo”. No mesmo documento legislativo, é considerado a existência de Centros de Formação Desportiva (CFD), correspondendo estes a “polos de desenvolvimento desportivo, dinamizados pelo agrupamento de escolas e escolas não agrupadas, em parceria com federações, municípios e parceiros locais ...”, com vista a uma “formação desportiva especializada”.

De forma sintética, na figura nº 3, podemos observar a organização estrutural do DE a nível de grupamento de escola ou escola não agrupada (âmbito local).

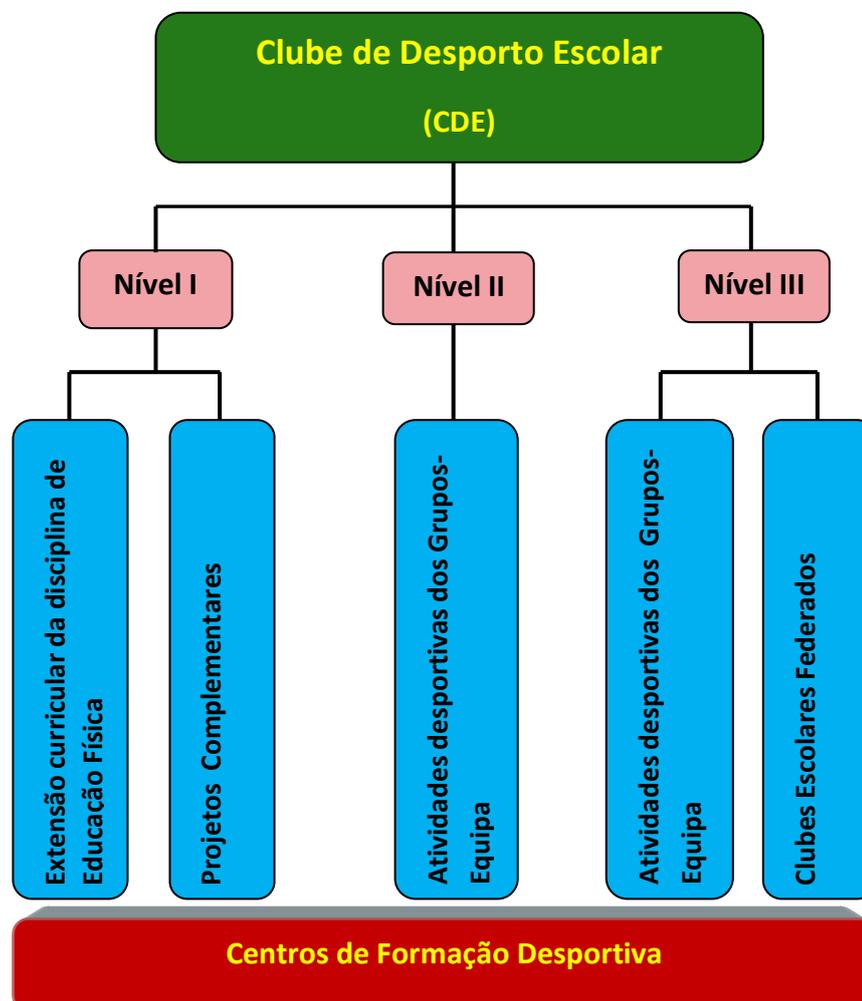


Figura nº 3 – Organograma do Clube de Desporto Escolar (Programa do Desporto Escolar 2013/2017, p. 12).

Em suma, na sua vertente de atividade externa, os grupo-equipa podem ser compostos por alunos indiferenciados, federados, ou alunos com necessidades educativas especiais (NEE). É de referenciar que a existência de um grupo-equipa federado implica que este participe nas competições organizadas pela federação que tutela a respetiva modalidade desportiva, sujeitando-se também às suas normas.

Por outro lado, com base no Despacho nº 6984-A/2015 de 23 de junho e no Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2015-2016, ao desempenho de funções por parte dos professores de EF é atribuído um crédito horário, proporcional ao nível de envolvimento, ou seja, o professor responsável por grupo-equipa de nível II tem direito até três tempos letivos e dois não letivos destinados aos deslocamentos para as competições; o professor responsável por grupo-equipa de nível III poderá usufruir até dois tempos letivos, acumuláveis com os tempos letivos atribuídos ao nível II e dois tempos não letivos, e o professor que desenvolva a sua função num Centro de Formação Desportiva assumirá doze tempos letivos, acumuláveis com os tempos letivos atribuídos ao nível II (neste caso podem ser distribuídos por mais que um docente) e quatro tempos não letivos (para cada um dos docentes). Também o coordenador técnico usufrui de um crédito horário até quatro tempos, embora, neste caso diga respeito só à componente não letiva.

O trajeto feito à construção do DE mostra-nos uma estrutura de dimensão e complexidade consideráveis, com uma gestão vertical de hierarquia vincada, cujas responsabilidades e obrigações se replicam ao longo dos seus níveis de implementação.

A figura nº 4 permite-nos mapear de forma esquemática a estrutura organizacional do programa do Desporto Escolar, nas suas diferentes dimensões.

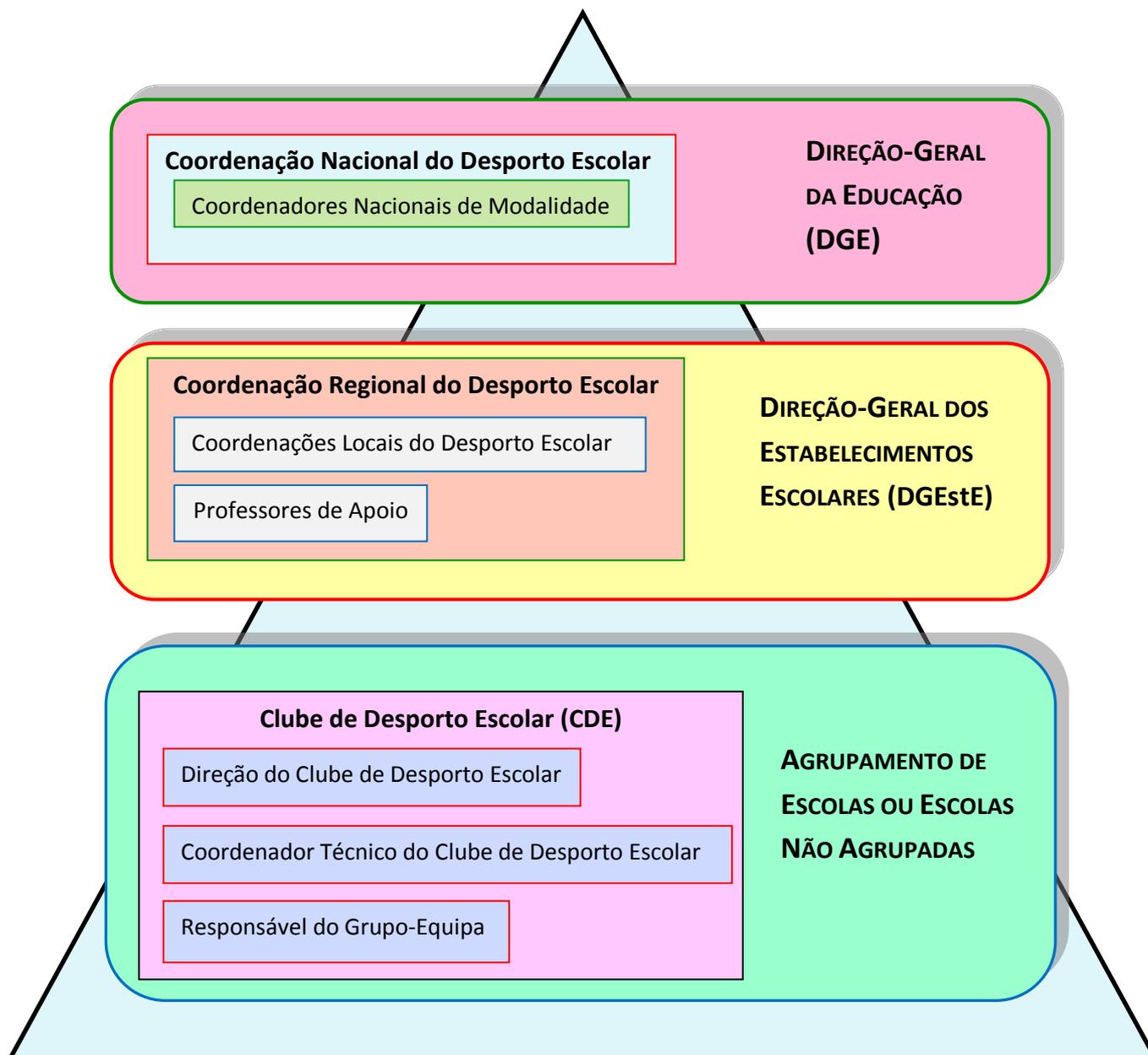


Figura nº 4 – Hierarquia da estrutura organizacional (Programa do Desporto Escolar 2013/2017, p. 14).

Desta maneira, são claros os três níveis complementares que constituem o programa do DE de forma hierarquizada. Assim, uma coordenação de âmbito nacional coordena cinco coordenações de âmbito regional que, por sua vez, orientam vinte e quatro coordenações locais, as quais tutelam um número variável de CDE. Cada CDE pode abordar uma ou mais modalidades das trinta e sete propostas pelo programa do Desporto Escolar 2013/2014 (p. 11).

#### 1.1.4. Objetivos

Realizando uma análise longitudinal, fundamentada sobretudo nos documentos já anteriormente referenciados e, no que diz respeito aos objetivos, é possível identificar diferentes enfoques dados à prática do exercício físico e atividades desportivas no país em geral e na escola pública em particular. Enquanto na primeira metade do século passado era importante disseminar a prática desportiva na sociedade de então, procurando melhorar a condição física (fundamentalmente com fins militares) e aprimorar a higiene corporal (melhorando a saúde pública), após o 25 de abril de 1974, muitos dos arquitetos da nova educação democrática, imbuídos de um fundamentalismo ideológico, influenciado pelos holofotes das televisões que buscam explorar o espetáculo desportivo, defendem que a população escolar tem de ser colocada sem alternativas, ao serviço do rendimento, da medida, do recorde e do profissionalismo precoce (Pires, 2003).

Ora, a escola é mais do que isso e, por arrastamento, o DE que ao longo dos anos se foi enraizando, constituindo uma parte considerável do horário dos professores de EF, enriquecendo os planos anuais de atividades e contribuindo de forma estruturante para os diferentes projetos educativos (Silva & Sarmento, 2015), finta o pensamento totalitário e despoleta a discussão sobre o trajeto a seguir.

Neste cenário, os programas de DE passam a ter uma validade de quatro anos letivos e os seus objetivos diversificam-se atendendo às novas solicitações sociais, à preocupação crescente da formação integral dos alunos do ensino público e às diversas reflexões que vão surgindo alertando para as novas dimensões a incluir numa escola cada vez mais globalizada. Exemplo disso, é o pensamento de Pires (2003) defendendo a importância da escola educar para o lazer, através da EF e do DE.

Em conformidade com o referido, o programa do desporto escolar 2013-2017 (p. 9), realça quatro objetivos gerais: “ a) melhorar a oferta desportiva”; b) estimular a procura do Desporto Escolar; c) qualificar a atividade do Desporto Escolar e d) consolidar a gestão do Desporto Escolar”. Cada um destes objetivos, segundo o mesmo documento, serão alcançáveis através da superação de pequenas metas, apresentadas sobre a forma de projetos e ações, no fundo, critérios que poderão determinar o êxito do programa.

Contudo, o DE pretende ir mais longe ao visar também como objetivos estruturantes e de carácter transversal, a promoção da saúde, o desenvolvimento da cidadania e a

formação de candidatos a bons praticantes de desporto (Documento orientador do desenvolvimento do Desporto Escolar, 2003).

Parece cada vez mais evidente, quer a nível dos documentos oficiais da tutela, quer a nível da ação de cada escola a preocupação em dar resposta à dimensão humanista e pedagógica na formação do ser humano. O DE passa a considerar no mesmo patamar de importância o saltar mais alto, o correr mais rápido e o ser mais forte, com o saber ser, o saber estar e o saber fazer. O DE incorpora o papel de instrumento de educação promovendo através dele os valores da vida e da cidadania. Estes passam, também, a ser o seu objeto.

## **1.2. A dialética entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado**

O posicionamento cultural do desporto, em geral, na sociedade portuguesa é fraco. Os portugueses assumem um perfil de consumidores de desporto essencialmente na forma de espetáculo, descurando a sua prática efetiva. Na nossa sociedade o desporto caracteriza-se por ser “mais olhado do que praticado” (Documento orientador do desenvolvimento do desporto escolar, 2003, p. 5).

A solução para ultrapassar esta lacuna passaria por ventura pela promoção e desenvolvimento do desporto e, em particular do DE, assumindo este a sua importância pedagógica na transmissão de valores sociais e na aquisição de rotinas de vida ativa.

A existência de diferentes organismos como as autarquias, os clubes ou associações e a escola, através do DE, a aliciar os mesmos jovens, aparentemente, para a prática do mesmo desporto, é um desperdício a todos os níveis.

Cada um à sua maneira apresenta pergaminhos, recorrendo a exemplos de sucesso, que justificam a sua ação na comunidade. Mas, sejamos intelectualmente sérios e racionais. A falta de diálogo e de articulação entre a escola e os clubes ou federações e, até mesmo as autarquias locais, leva a um desperdício de recursos materiais e humanos, mas, acima de tudo de talentos. O desenvolvimento do desporto através de um modelo “globalizante e pulverizante” aplicado pelo estado, paralisa os jovens ficando estes sem saber qual a oferta a escolher (Guimarães, 2005, p. 7).

Nos últimos quarenta anos, o DE e o DF desenvolveram uma relação de avanços e recuos, onde as experiências positivas de cooperação, em especial com algumas federações, foram poucas e a maioria não criou raízes. A inclusão do DE no sistema educativo, criou à vista de alguns “entendidos” anticorpos nos defensores da sua apropriação pelo sistema desportivo (Lucas & Bravo, 2005).

Consciente das vantagens da união de esforços, o governo, no plano político, tentado promover a inter-relação através da produção legislativa, introduzindo a obrigatoriedade à Divisão de Desporto Escolar de “assegurar a articulação entre Desporto Escolar e o Desporto Federado” (Despacho nº 13608/2012 de 19 de outubro, ponto 7, alínea f). No mesmo rumo, o Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar (2003, p. 19) assume que “a estratégia global do Desporto Escolar deverá desenvolver-se num triângulo de relacionamento com as Federações Desportivas, as Autarquias e a Comunidade Educativa”.

As opiniões publicadas são unânimes em considerar que o DE deve manter-se no seio da escola, mas que o modelo atual não funciona, carecendo de alterações (Mota, 1997; Pires, 2007). Sobre esta matéria, há três modelos que se destacam por serem conceptualmente diferentes (Guimarães, 2005, p. 5), mas cujos resultados são relevantes. O primeiro é o modelo “exclusivamente escolar”, característico dos países nórdicos, e que dá maior ênfase à aposta na educação para a saúde, em detrimento dos resultados. Neste caso, o estado apoia exclusivamente o DE, estando satisfeito com os seus resultados. O segundo modelo denominado “exclusivamente desportivo”, assenta numa dinâmica semelhante à do desporto federado, sendo as escolas financiadas para criarem equipas de nível que competem nas melhores competições regionais e nacionais, com vista à obtenção dos melhores resultados. Por último, o “modelo estatal”, cujas responsabilidades da organização das competições ficam a cargo do estado, que replica uma organização semelhante à federada adaptada à realidade escolar. No modelo estatal (exemplo francês), é aplicada uma limitação de setores de intervenção, ou seja, nos escalões mais jovens a escola exerce uma ação de exclusividade, posteriormente assume um relacionamento integrado com as autarquias, dando resposta aos escalões intermédios de participação desportiva, cabendo a responsabilidade exclusiva ao sistema desportivo, nas fases de orientação e especialização desportiva dos jovens atletas.

No caso português, o modelo implementado apresenta características que se aproximam do modelo estatal. Contudo, a tutela não conseguiu, devido a várias razões, estabelecer uma ordem de valores que coordenasse ou limitasse de forma eficaz a ação dos

vários intervenientes desportivos: escola, autarquia e clube. Esta falta de definição cria resistências ao pleno desenvolvimento desportivo nacional, colocando o programa de DE num limbo (Pires, 2007). Por outro lado, é terreno fértil para o aparecimento de opiniões contrárias, sobre qual seria o melhor modelo para o DE.

Sobre este assunto, a quantidade de opiniões existentes na literatura, mais ou menos fundamentadas, posicionam-se entre duas correntes opostas. Por um lado temos aqueles que defendem um DE no seio da escola, inclusivo, acessível a todos, voltado para a promoção de valores numa lógica de formação desportiva de base de características ecléticas. (Brito, 2005 citado por Lucas & Bravo, 2005; Freitas, 2002; Pires, 2007) Por outro lado, identificamos aqueles que consideram que a escola poderá ter uma função na descoberta dos mais hábeis, culminando o seu papel com o encaminhamento destes para os clubes, estes sim, com responsabilidades na formação e especialização com vista ao resultado. (Lima, 2005, citado por Lucas & Bravo, 2005) Esta última posição é especialmente cara para as federações desportivas e quantos com elas se identificam, pois assenta numa lógica piramidal, quanto maior for o número de praticantes, maior é a probabilidade de obter atletas de exceção.

O esgrimir de argumentos a favor ou contra as forças supracitadas, relega para o esquecimento uma variável, cuja importância a deveria colar na matriz desta discussão: as crianças e jovens. A opinião das crianças e jovens sobre o desporto, quer seja escolar ou federado e, sobretudo, quais são as suas razões para o praticarem, é informação extremamente valiosa no desenho das melhores práticas. Sobre esta matéria, Lendent, Cloes, Onofre, Telema, Almond e Pieron (1997), concluíram nos seus estudos com alunos dos 12 aos 15 anos de ambos os géneros, realizados em cinco países europeus, de entre os quais Portugal, que os principais motivos por ordem de importância decrescente que levam os jovens a praticar atividades físicas e desportivas são: o querer estar em forma, a diversão/prazer sentida com a prática, o fazer parte de uma equipa e o estar com os amigos. Em nenhum momento é referenciada a importância para o estudo ou para os alunos, do enquadramento que a sua prática teria, ou seja, se era realizada no âmbito do DE ou DF, sendo isso um pormenor menos realçado.

Ora, a associação do DF ao desporto de rendimento faz com que este seja “diabolizado como uma mistura de negócio, de procura ilícita de prestígio e vaidade, de desprezo do homem e de atentado à sua dignidade e moralidade” (Bento, 1999, p. 76). Na mesma sintonia, a opinião pública tem do DE um entendimento “construído na lógica do desporto de competição” (Freitas, 2002, p.14).

Não existem dois tipos de desporto, um puro, educativo, pedagógico e outro impuro, não educativo e não pedagógico (Bento, 1991). Num raciocínio do interesse comum, parece evidente que a concertação de esforços é o caminho a seguir, tendo em atenção a rentabilização de recursos materiais e humanos, mas acima de tudo privilegiando o bem mais escasso, as crianças e jovens, num país cada vez mais velho.

Também Fraile (2004) nos seus trabalhos faz referência que o DE, assim como o DF têm contributos válidos, importantes e complementares a aportar à formação das crianças e jovens.

Tudo parece estar dependente de uma questão de maturidade e tempo, a escola e clube têm, pois, que viver em simbiose de perspectivas a alargar a sua cooperação no sentido dos objetivos comuns, a fim de que o jovem possa receber, de ambos os lados, uma imagem francamente positiva da sua ligação ao desporto (Bento, 1991, p. 7).

Nas opiniões publicadas, não é contudo consensual e, em alguns casos, evidente o tipo e a profundidade da articulação pretendida. Apesar do DE se manter numa competência de exclusividade da escola, não implica que os clubes e autarquias sejam afastados do contacto com as crianças e jovens. Para Freitas (2002, p. 13) “é à escola que compete fazer a introdução das crianças e jovens à cultura motora e à formação e orientação desportivas”. Também Fuertes e Aranda (1992) consideram que a escola tem um papel fundamental na formação desportiva dos jovens com princípios educativos evitando a seleção e especialização precoce, podendo numa idade mais avançada encaminhá-los para os clubes com vista à especialização e obtenção de rendimento.

A bipolaridade do estado tem contribuído de forma concreta para o conflito entre o DE e o DF que é já antiga, conhecida por todos e, sem fim à vista num futuro próximo. A posição dos partidos políticos, sobre a política desportiva, não é clara, fazendo estes muitas cedências a determinados lobbies desportivos e à comunicação social, não havendo correspondência entre o que dizem e o que fazem. “Os políticos têm ideias avulsas, e habitualmente defendem o desporto escolar porque é politicamente correto fazê-lo” (Pires, 2007, p. 16).

A título de exemplo, tenhamos como referência o Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar (2003) produzido pela Ministério da Educação de então, que nas suas medidas e metas para a década propunha-se “criar a Federação

Portuguesa do Desporto Escolar, até 2010” (p. 21). Hoje volvidos treze anos, nenhuma linha sobre esta matéria é encontrada nos documentos oficiais. Por seu lado, o Programa do Desporto Escolar 2013-2017 (p. 9), tem como um dos seus objetivos “alargar e dinamizar a rede de parceiros do Desporto Escolar”, contemplando também a possibilidade de a escola avançar com clubes escolares federados.

Objetivamente os sucessivos governos têm demonstrado dificuldades e “inaptidão para lidar com áreas educativas, que de algum modo se interligam com outros setores da sociedade” (Guimarães, 2005, p. 10). Por ventura consequência reveladora daquilo a que Pires (2003, p. 4) apelidou de “fraquezas da natureza humana”. Sofrendo do mesmo problema, também as escolas se têm mostrado pouco ativas na conquista de parceiros externos, isto apesar de Soares (2009) nos seus estudos ter demonstrado que na Região Autónoma da Madeira, a maioria dos professores do DE considerarem que este deveria ter uma relação mais próxima, articulada e cooperante com o DF e, mais ainda, que quase metade dos professores inquiridos estiveram ligados a um clube fora da escola, predominantemente como treinador/monitor, seguindo-se por ordem de importância decrescente a função de atleta e dirigente/coordenador.



## **2. CARACTERIZAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL**



## 2.1. Ação Docente

*Simplesmente, notaremos que ser mestre não é de modo algum um emprego e que a sua actividade se não pode aferir pelos métodos correntes; ganhar a vida é no professor um acréscimo e não o alvo; e o que importa, no juízo final, não é a ideia que fazem dele os homens do tempo; o que verdadeiramente há-de pesar na balança é a pedra que lançou para os alicerces do futuro.*

(Silva, 1988, p. 41)

Num mundo, cada vez mais despido de valores, ganha força a ditadura do dinheiro e a procura fácil do resultado imediato, condenando à insignificância o que não é palpável ou que necessita de tempo para germinar. A ganancia de alguns hipoteca o futuro de todos. O trabalho do professor afigura-se épico, sempre e quando este encarne a verdadeira vocação, alicerçada numa formação séria, desbravando os caminhos da educação humana. Neste investimento de futuro são muitos os que se acotovelam para dar opinião irresponsável. É ao professor, muitas vezes sozinho, a quem incumbe refletir, sem receio de ter que recuar, para depois prosseguir, assumindo de consciência tranquila o rumo do destino.

É com este pensamento de base que, assumimos, que o que somos é o resultado de uma série de variáveis, que ao longo dos anos têm operado em nós, de forma consciente ou inconsciente, a construção do ser professor e, em especial, de Educação Física. No seguimento, é proposta uma viagem retrospectiva da ação docente do candidato, destacando três momentos complementares: o ensino na escola pública cobrindo todos os anos de escolaridade, o trabalho desenvolvido na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) e o ensino superior.

### 2.1.1. Na escola pública desde 1995 a 2016

Em especial, ao longo dos anos de professor contratado, respeitando a legislação em vigor, foi elaborada a autoavaliação onde, entre outras coisas, constava o registo do trabalho atribuído. Este documento foi sendo colocado no processo individual de professor. À medida que os anos foram passando, algumas escolas, com base em critérios administrativos, eliminaram os relatórios mais antigos, para tornar o processo menos volumoso. Por consequência, muita informação, agora proveitosa, para a elaboração deste relatório, foi irremediavelmente perdida. Posteriormente, foram contactadas telefonicamente as escolas onde o trabalho foi desenvolvido, na tentativa de recuperar, de alguma forma, essa informação necessária, ou se, pelo menos, haveria algum arquivo dos horários atribuídos aos professores nos anos letivos passados. A resposta foi sempre negativa, remetendo toda a informação relevante para o registo biográfico. Curiosamente, nem o atual agrupamento de escolas, ao quadro do qual o candidato pertence, há dez anos, consegue facultar cópia dos seus horários referentes aos anos letivos passados. Na decorrência, a informação explanada, fundamenta-se no registo biográfico de professor e, outra, relatada sob compromisso de honra, advém de memórias, muitas vezes esbatidas pelo passar do tempo. Assim tudo começou... .

Ano letivo de 1995/96 – Escola EB 2,3 de Revelhe em Fafe. Este correspondeu ao primeiro ano de trabalho após a conclusão do curso e o estágio. A escola não tinha pavilhão e por isso a carga horária semanal de EF era de um bloco de cem minutos. Foi lecionada a disciplina de EF a turmas do quinto, sexto, sétimo e oitavo ano de escolaridade. Nesta escola foi ainda desempenhada a função de diretor de instalações de EF, com competências na compra do material necessário para a disciplina e o DE.

Ano letivo de 1996/97 – Escola EB 2,3 José dos Anjos, Carrazedo de Monte Negro, Valpaços. A chegada à escola era caracterizada, por ser o único candidato de EF a ser colocado na segunda fase do concurso nacional de professores, ficando ainda por preencher mais três vagas de EF. O trabalho desenvolvido prendeu-se com a representação de disciplina de forma provisória, até serem colocados todos os professores em falta. A título definitivo, foi assumido o cargo de Coordenador do Desporto Escolar e Diretor de Turma. Foram lecionadas turmas do sétimo, oitavo e nono ano de escolaridade.

Ano letivo de 1997/98 – Escola EB 2,3 do Pinhão, concelho de Alijó. Uma vez mais, a escola não possuía pavilhão, decorrendo as aulas de EF num espaço exterior construído em

betão prensado, com uma vista deslumbrante sobre o rio Douro. Foram atribuídas turmas do segundo e terceiro ciclos de escolaridade.

Ano letivo 1998/99 – Escola EB 2,3 de Cerva, concelho de Ribeira de Pena. O horário era composto por turmas do segundo e terceiro ciclos de escolaridade. Nesta escola, foi ainda desenvolvido o cargo de Representante da Disciplina de EF. Neste ano letivo, conjuntamente com uma professora de Educação Visual e Tecnologia, foi concretizado o objetivo de construir uma parede de escalada na escola. A escalada desportiva, fruto do seu potencial pedagógico, assumia ser uma das modalidades a massificar nas escolas.

Ano letivo de 1999/00 – Escola EB 2,3/S Professor António da Natividade em Mesão Frio. Este ano letivo foi o ano de vinculação ao quadro de zona pedagógica de Vila Real no grupo de Educação Física do segundo ciclo. Este foi também o ano em que foi obtido destacado a tempo inteiro para a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental em Viana do Castelo, onde foi desenvolvida toda a atividade pedagógica.

Ano letivo 2000/01 – Escola EB 2,3 de São Paio de Moreira de Cónegos. Correspondeu ao ano de vinculação no quadro de zona pedagógica de Braga e pela primeira vez o trabalho foi desenvolvido com turmas do quinto e sexto ano de escolaridade.

Ano letivo de 2001/02 – Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes em Barcelos. Foram lecionadas turmas do quinto e sexto ano de escolaridade e assumida a função de Diretor de Turma. Foi a primeira experiência numa grande escola de cidade, num grupo disciplinar de EF, caracterizado por um grande intervalo de idades e de formações diferentes logo, distintas perspetivas sobre a disciplina de EF. Esta variedade que à partida poderia ser um obstáculo, revelou-se enriquecedora, proporcionando troca de experiências e metodologias de ensino, tornando-se numa mais valia a todos os níveis.

Ano letivo 2002/03 – Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes em Barcelos. Pela primeira, afigurou-se a possibilidade da continuidade do trabalho na mesma escola, proporcionando uma perspectiva longitudinal, da formação do aluno.

Ano letivo 2003/04 – Agrupamento de Escolas Abel Varzim em Vila Seca, Barcelos. Foram lecionadas turmas do quinto e sexto ano de escolaridade.

Ano letivo 2004/05 – Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes em Barcelos. Este ano letivo foi caracterizado por um atraso considerável nos concursos de colocação de professores, pelo que o ano letivo foi iniciado na escola EB 2,3 Abel Varzim e quinze dias depois, o candidato foi colocado na escola EB 2,3 Gonçalo Nunes. Foram atribuídas turmas

do quinto e sexto ano e ainda uma direção de turma assim como a representação de disciplina (cargo que nenhum dos professores do quadro quis desempenhar).

Ano letivo 2005/06 – Agrupamento Vertical de Fragoso em Barcelos. Esta viria a ser a primeira experiência numa escola EBI, ou seja, a mesma escola alojava alunos do primeiro, segundo e terceiro ciclos de escolaridade. Foram assumidas turmas do quinto e sexto ano de escolaridade, assim como o cargo de Diretor de Turma.

Ano letivo 2006/07 – Agrupamento de Escolas Território Educativo de Coura em Paredes de Coura. Neste ano letivo, a colocação foi no quadro de zona pedagógica de Viana do Castelo no grupo de EF do segundo ciclo, mais concretamente na Escola EB 2,3/S de Paredes de Coura. Foram atribuídas turmas do quinto e sexto ano e ainda uma direção de turma.

Ano letivo 2007/08 - Agrupamento de Escolas Território Educativo de Coura em Paredes de Coura. Como resultado do concurso de professores deu-se a entrada no quadro de agrupamento na disciplina de EF do segundo ciclo, continuando a lecionar turmas do quinto e sexto ano de escolaridade e dando continuidade à direção de turma. Foi também desempenhado o cargo de representante de disciplina.

Anos letivos 2008/09/10/11 - Agrupamento de Escolas Território Educativo de Coura em Paredes de Coura. Estes anos letivos foram muito semelhantes. As turmas atribuídas eram do quinto e sexto ano de escolaridade, assim como turmas dos jardins de infância do agrupamento, no âmbito de um projeto de apoio às educadoras de infância, no ensino da área de expressão motora e da psicomotricidade. Foi ainda desenvolvido trabalho nas atividades de enriquecimento curricular (AEC), abordando os desportos de natação e andebol. Ao longo destes anos, foram atribuídas também, aulas de natação a alunos do ensino especial.

Ano letivo 2011/12/13 - Agrupamento de Escolas Território Educativo de Coura em Paredes de Coura. Foram lecionadas turmas do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Esta experiência de ter turmas de três níveis de ensino diferentes, contribuiu para tomar consciência do percurso dos alunos ao longo do ensino obrigatório, das dificuldades que vão permanecendo, das aprendizagens efetivamente conseguidas e das perspetivas dos alunos sobre a disciplina de EF, que vai variando paralelamente ao seu crescimento. Esta visão da continuidade proporcionou definitivamente, para a criação de uma perspetiva sobre a desadequação dos programas de EF e a necessidade da sua

alteração. Foi acrescentado o trabalho com os alunos do ensino especial na natação, assim como o desempenhado do cargo de Diretor de Turma.

Ano letivo 2013/14 – Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura. O agrupamento muda de nome e a escola também, passando a chamar-se Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura. São atribuídas turmas do quinto e sexto ano assim como alunos do ensino especial dos diferentes anos de escolaridade, os quais mantêm o seu programa de natação. Mais uma vez é assumido o cargo de Diretor de Turma.

Anos letivos 2014/15/16 – Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura. As turmas a lecionar são do quinto e sexto ano de escolaridade, assim como natação a alunos do ensino especial de diferentes anos de escolaridade. No corrente ano letivo é assumida ainda a disciplina de Expressão Motora a dois alunos do ensino especial do sétimo ano de escolaridade.

### **2.1.2. No Ensino Especial**

Como o referido anteriormente, ao longo do percurso de professor, foram assumidas, nas várias escolas públicas frequentadas, diverso trabalho com alunos com necessidades educativas especiais. No entanto, no ano letivo de 1999/00, consumou-se um destacado para trabalhar exclusivamente na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Viana do Castelo, embora a atividade tenha sido desenvolvida na unidade de Melgaço e Monção. Este destacamento solicitado pela instituição APPACDM veio no seguimento de um projeto iniciado no ano letivo de 1997/98, a tempo parcial. Os resultados positivos do trabalho, até então realizado, criaram nos responsáveis da instituição a vontade de o aprofundar e alargar a mais utentes e, é neste contexto que surge o destacamento.

Sendo a APPACDM uma instituição caracterizada por ter utentes com um intervalo de idades muito alargado e diferentes deficiências, destacando-se a deficiência mental e múltipla, o trabalho fundamentou-se no desenvolvimento da expressão motora, da psicomotricidade e da natação adaptada (dando relevância ao método Halliwick), paralelamente foi iniciado um programa de frequência de sessões de hipoterapia, da

abordagem do boccia e da introdução do tiralô (cadeira anfíbia) destacando-se, especialmente, o trabalho desenvolvido para o adaptar à piscina. Com os utentes de trissomia 21, foi criado um grupo de expressão corporal/dança que viria mais tarde, com muito sucesso, a apresentar de forma pública duas coreografias.

Todo este trabalho deixou de ter continuidade por dois motivos. O primeiro deveu-se a uma redução drástica, no ano letivo de 2000/01, dos destacamentos autorizados pelo Ministério da Educação. O segundo motivo, esse pessoal, prendeu-se com o fato do candidato não ter mostrado interesse e motivação para continuar com o projeto, considerando, na altura, que a instituição trabalhava mais em prol da sua imagem e de alguns dos seus colaboradores, do que dos interesses e necessidades dos utentes e seus encarregados de educação.

Não obstante, nesta experiência, cada momento foi apreciado com o máximo de intensidade. Ela alargou, como nada o tinha feito até então, a visão do mundo e da escola. Contribuiu para a consolidação da opinião que a frequência dos alunos com deficiência, na escola dita normal é positiva, numa perspetiva de inclusão e tolerância. Porém, o trabalho desenvolvido deveria ser mais aprofundado e especializado, culminando, sempre que possível com a inclusão dos alunos num posto de trabalho adaptado.

### **2.1.3. No Ensino Superior**

Desde os tempos de estudante de licenciatura que foi crescendo o interesse, mas, acima de tudo a curiosidade em lecionar no ensino superior. Aliás, esta era a única faixa etária e nível de ensino menos conhecida no papel de professor. A grande vontade e motivação de contribuir para a formação de profissionais das áreas do movimento humano, viria a concretizar-se no ano letivo de 2001/02. No período de tempo que decorreu entre 2001 e 2006, foram lecionadas as cadeiras de Gestão do Desporto e Pedagogia da Educação Física e do Desporto, da Licenciatura em Motricidade Humana, na Universidade Fernando Pessoa. A colaboração com a Universidade em regime de acumulação de funções, viria a terminar findo o ano letivo 2005/06, momento em que a instituição avaliava a hipótese encerrar o curso. No seguimento, nos anos letivos de 2007 a 2010, surgiu o convidado do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, para lecionar, também em regime de

acumulação de funções, os módulos de Orientação, Manobras de Cordas e Escalada, no âmbito da disciplina de Atividades Físicas Desportivas Alternativas da Licenciatura de Desporto e Lazer.

Este percurso contribuiu, para perceber especialmente, quais são as tendências, as preferências e as motivações dos alunos que concluem o décimo segundo ano de escolaridade, que ingressam no ensino superior, e, que pretendem exercer profissões ligadas ao desporto e exercício físico. Permitiu entender os efeitos que a disciplina de EF e o DE exerceram nestes alunos ao longo do seu percurso escolar. Os seus feedbacks promoveram o apuramento da planificação das aulas de EF e, a sua avaliação, em sumula, ajudaram a distinguir o essencial do acessório, provocando a reflexão e a procura da troca de experiências.

## **2.2. Atividade Desenvolvida no Desporto Escolar**

Ao longo dos anos de docência para além das responsabilidades competitivas foram desenvolvidas outras preocupações, na promoção da prática desportiva, em especial, no âmbito da atividade interna. Esta ação traduziu-se pela dinamização do corta-mato escolar, torneios de diversas modalidades e, no final de cada ano letivo, na tentativa, de proporcionar aos alunos, uma experiência diferente, com base em desportos alternativos muitas vezes denominados radicais.

Seguidamente, são representadas as vivências realçando as modalidades desenvolvidas no âmbito do DE, assim como outros desempenhos:

Canoagem – no ano letivo de 1995/96, na Escola C+S de Revelhe em Fafe, foram assumidas as funções de responsável pelo grupo equipa de canoagem que funcionava na barragem da queimadela. A vontade política, na criação de um clube de canoagem na barragem, levou a uma aquisição de *kayaks* e a construção de infraestruturas de apoio aos desportos náuticos que, posteriormente, essencialmente por falta de técnicos habilitados ficaram sem uso. Mais tarde, a escola optou por apostar na modalidade de Canoagem, aproveitando os equipamentos e infraestruturas existentes.

Voleibol – no ano letivo de 1996/97, após a colocação na Escola EB2,3 José dos Anjos em Carrazedo de Montenegro e foi assumido o grupo equipa de Voleibol iniciadas femininas. Esta equipa chegou à final distrital da modalidade que era jogada por quatro equipas.

Futsal – no ano letivo de 1997/98, ainda como contratado, colocado na Escola EB 2,3 de Pinhão, a trabalhar com a equipa de Futsal iniciados masculinos, ficaria registada a disputa da final distrital.

Basquetebol – no ano letivo 2000/01, na Escola EB 2,3 de Moreira de Cónegos foi desenvolvido o trabalho com a equipa de infantis B masculinos de Basquetebol.

Natação e Natação NEE – já como professor do quadro na Escola Básica e Secundária se Paredes de Coura, nos anos letivos de 2010/11, 2012/13 e 2014/15 foram assumidos os grupos equipa de Natação, níveis 1 e 2 e Natação NEE. A escola, não tinha um critério na atribuição dos grupo-equipa, tendo como resultado uma falta de continuidade no trabalho.

Orientação – após conversas com a autarquia, em representação da escola, foi assumida a responsabilidade de implementar e desenvolver no âmbito do DE a Orientação. Este grupo equipa viria a iniciar os seus trabalhos desde o ano letivo de 2013/14 até à atualidade.

Multiatividades – no seguimento dos diálogos escola autarquia, uma vez mais, a escola neste ano letivo de 2015/16, deu corpo ao grupo equipa de Multiatividades, onde são abordados os desportos de BTT, Orientação, Escalada e Canoagem.

Coordenação do Desporto Escolar – nos anos letivos 1997/98 e 20012/13 nas escolas EB 2,3 de Pinhão e Básica e Secundária de Paredes de Coura respetivamente foram desempenhadas as funções supra referidas.

## **2.3. Controlo e Avaliação**

A consciência da necessidade constante da reflexão sobre a ação, procurando permanentemente ajustar a prática ao contexto, foi ao longo dos anos a que reporta este

relatório, uma preocupação cotidiana, alicerçando a prática docente na análise reflexiva pessoal e de grupo com os pares, mas, também, na procura das melhores práticas.

O aluno foi colocado no centro do trabalho desempenhado, quer na componente letiva, quer não letiva, destacando-se o desempenho como diretor de turma, privilegiando o diálogo aberto e construtivo com os encarregados de educação e educandos, em simultâneo com a dinamização de atividades de enriquecimento curricular.

As aulas de EF, e, os treinos do DE, foram precedidos de uma planificação do processo de ensino aprendizagem, no curto, médio e longo prazo, fundamentada nos programas curriculares, nas decisões do grupo disciplinar e no projeto educativo da escola, procurando sempre a atualização técnica e cientificamente. Para o efeito, ao longo dos anos, a formação académica pós-graduada, assim como a formação contínua, em especial a creditada e específica, foi uma constante.

Escrupulosamente foram cumpridas todas as obrigações legais respeitantes à avaliação dos alunos e avaliação docente, relacionando sempre, os resultados obtidos, com a prática efetivamente exercida. Desta monitorização, resultaram ajustamentos nas aulas e nas tarefas propostas, com vista ao sucesso.

A formação holística dos alunos foi a todo o tempo uma dedicação, consubstanciada, sempre que possível, na promoção da articulação consistente entre áreas curriculares.

Em síntese, a satisfação dos alunos e a forma como aderem às práticas propostas, curriculares e extracurriculares, aliados à sua disponibilidade motora, constituem o melhor barómetro, no que ao controle e avaliação diz respeito.



### **3. REFLEXÃO**



### 3.1. Considerações de Contexto

Chegado a este ponto do trabalho, carregando o conhecimento acumulado em vinte anos de prática docente, alicerçado em vivências e experiências boas e menos boas, cimentado nas opiniões publicadas e referenciadas no local próprio, mas, sobretudo nas conversas, muitas vezes de café, com quem privamos oportunamente e, cujo discurso desafiante e “provocante” criou insatisfação ao ponto de empurrar para a procura de mais saber. De entre eles, destacam-se os Professores Olímpio Bento, Maurice Pierón, Manuel Sérgio, César Sá, Pedro Santos, o Mestre Carlos Mata e a Professora Graça Guedes. Nem todos foram citados no corpo de texto ou nomeados em Referências, mas todos contribuíram para a formação do pensamento que, aqui, toma forma em jeito de reflexão sobre o DE.

Não é fácil traçar o melhor rumo, por entre uma quantidade considerável de opiniões tecidas sobre o desporto em idade escolar. Embora, com perspetivas diversas, todas são resultado da reflexão e prática de quantos, por motivos vários, têm dedicado o seu tempo a estas matérias.

Tal como na vida, em que as coisas não são brancas ou pretas, também cada um dos modelos existentes ou das opiniões expostas publicamente, apesar de não serem consensuais, apresentam aspetos positivos que valeria a pena aprofundar e aproveitar em prol do bem comum.

A contribuição reflexiva e crítica sobre o DE e que de seguida é desenvolvida assenta sobre quatro pontos, a nosso ver, incontornáveis na procura de respostas, soluções de consenso e compromisso na construção do futuro. Consequentemente fica clara a forma de estar, de sentir, de ver a escola e o desporto. Metodologicamente recorreremos a experiências vividas, documentando a fundamentação teórica baseada na literatura.

### 3.2. Justificação do Desporto Escolar na Escola Pública

*O desporto pode e deve ser o antídoto da grande ilusão dos nossos dias, de que tudo se pode alcançar sem empenhamento, custo e mérito pessoais. Ele fala-nos de causas e ideias, de normas e regras, de exigências e desafios, de sacrifícios e disciplina, ou seja de valores decadentes.*

(Bento, 2005, p. 16-17)

A evolução vertiginosa do mundo, em especial desde finais do século passado até à data atual, apoiada na globalização e nos meios e sistemas de comunicação planetários, tem marcado de forma profunda a alteração de hábitos e comportamentos da nossa sociedade. A escola, para o bem e para o mal, é por excelência o retrato fiel de toda essa mudança. Com frequência somos confrontados com a multiculturalidade, minorias étnicas, desintegração social, comportamentos desviantes, (Freitas, 2002) com o aumento dos relatos de comportamentos agressivos, da discriminação racial e de género e do *bullying*, entre outros. Todos estes, sintomas das diferenças humanas são alimentados pela falta de valores estruturantes na formação dos jovens.

“As famílias, os poderes públicos, a sociedade em geral, deixa nas mãos da escola a educação de que os cidadãos necessitam. O “eclipse da família” como o primeiro elemento socializador é um acontecimento inegável” (Fuentes-Guerra & López, 2006, p. 40).

Como se tal não bastasse, as tendências apontam para uma escola a tempo inteiro e, pasmemo-nos, a Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) mostra simpatia pela ideia. A redução, ou mesmo a eliminação do tempo para a catarse e o cinetismo tão necessário na vida das nossas crianças e jovens, condiciona-nos a olhar para sociedade de amanhã, com apreensão.

No contexto descrito, “a atividade física e desportiva representa para os educadores um dos melhores instrumentos de socialização e desenvolvimento de capacidades para a formação integral dos alunos” (Fraile, 2004, p. 9). Na mesma linha de pensamento Rosado (1995), Bento (2003) e mais tarde Fuentes-Guerra e López (2006), assumiram posição quanto aos benefícios, ao nível do desenvolvimento psicomotor, cognitivo, sócioafetivo e formação corporal, protagonizados pelas práticas físico desportivas.

Uns por defeito de formação, outros por ligação sentimental, a maioria dos professores de educação física, também responsáveis pelos clubes de DE nas escolas, apregoam, em uníssono, as vantagens da prática do DE na escola pública, justificando assim o seu desenvolvimento e continuidade. Mas, nem todos concretizam o seu discurso. Para um número significativo, o DE é o garante da existência de horas letivas que asseguram um horário num quadro perto de casa.

Apesar da consistência e importância das justificações para a continuidade do DE na escola pública, é pertinente realçar que o seu sucesso está intimamente relacionado com o fator humano, tal como concretizou Fuentes-Guerra e López (2006) e Pérez (2010) nos seus trabalhos, ao evidenciarem a importância do papel do professor/treinador. Assim se explica que a expressão do DE seja tão diferente em escolas gémeas.

Após a viagem feita ao passado, através do caminho trilhado pelo DE ao longo da história do país, parece-nos pertinente aclarar o seu domínio no presente, não perdendo a perspetiva, que, sempre houve um aproveitamento instrumental do desporto.

O enfoque tradicional apresenta o desporto com as suas múltiplas e variáveis expressões como uma das atividades sociais com maior capacidade de mobilização e elemento essencial do sistema educativo (Quiroga, S. R., 2000), com objetivos ligados à promoção da saúde e valores sociais. Nesta dinâmica, o DE assume importância educativa, como meio para atingir determinados fins. Na atualidade Devís (2010) entende que o valor educativo atribuído ao desporto, que tem sido utilizado como fundamento no preenchimento de documentos administrativos do estado, não passa de retórica. Aclaremos a situação. É politicamente correto desenvolver um discurso de reconhecimento das vantagens do DE na escola, até porque nos aproxima dos países mais desenvolvidos com quem muitas vezes nos tentamos comparar, pondo-nos em pontas de pés e, como até dá jeito, e nisso somos os melhores, elaboramos peças legislativas onde vertemos os objetivos educativos mais nobres. Mas, na escola lutamos contra os cortes constantes no financiamento do DE, sendo o dinheiro disponibilizado, aplicado quase a totalidade nos transportes para as competições. Desta forma, as restantes necessidades de equipamento (bolas, reforço alimentar, camisolas, etc) ficam ao critério da boa vontade da direção da escola e da sua capacidade de fazer esticar os recursos ou então da dinâmica das associações de pais. Até para o cidadão comum é difícil identificar na prática a fundamentação dos legisladores políticos.

A ideia que o desporto é útil para solucionar diversos problemas sociais e promover outros valores, definida muitas vezes pela expressão “educação através do desporto”, dão

forma à primeira grande razão que justifica o DE na escola. A esta justificação Dévis (2010, p. 31) chamou de “a justificação instrumental”.

Após uma análise cuidada sobre a visão, a missão e os valores pretendidos para o DE, contidos nos documentos oficiais do Ministério da Educação (Desporto Escolar, 2015), constatamos que a justificação instrumental é, por ventura, o argumento mais forte ou, aparentemente, o único argumento utilizado pela tutela, para fundamentar a existência do DE na escola pública de hoje.

A intenção, ao incluir DE na DGE, pretendia desde logo atribuir-lhe um perfil ligado à educação, contudo, o que isso possa significar. Ora, “a educação, como conceito e como atividade está carregada de valores” (Arnold, 1991, p. 22), ao ponto de, só por si, ser matéria suficientemente basta e complexa para ser trabalhada com a objetividade desejada. Esta temática remete-nos para a eterna questão que diz respeito ao âmbito do DE e da EF. Na forma como as áreas estão a ser abordadas, assumimos a existência de considerável confusão, podendo despertar na tutela, a intenção de uma fusão economicista. Consideramos que a EF deveria sofrer uma alteração profunda nos seus programas e objetivos, ficando com maiores responsabilidades no que diz respeito aos objetivos educacionais, à promoção da saúde e à alfabetização motora. Por seu lado, o caminho do DE deveria passar por dar a oportunidade a todos de poderem praticar um desporto de forma estruturada visando a continuidade.

Nestes últimos anos, o corpo docente do DE, quando confrontado com a ameaça de perder as horas letivas que lhes eram destinadas, fez circular a ideia de que este, DE, era imprescindível para ajudar a superar os problemas sociais que se refletiam na escola.

Neste ponto, é pertinente referenciar que a quantidade de variáveis que intervêm no desporto e, cujo domínio é difícil de balizar, assim como toda a sua subjetividade, tornam arriscado considerar o desporto como uma solução milagrosa das maleitas da sociedade em geral e da escola em particular. Sobre esta matéria, Dévis (2010, p. 33), considera que não existe uma relação de causa efeito, ou seja, “não é claro que a prática desportiva transmita os valores morais desejáveis”. No mesmo registo, Bento (1999, p. 56) afirmou que “no desporto como noutras práticas e como tudo na vida, há lugar para a ambivalência: tanto se podem realizar valores de sinal positivo como valores de sinal negativo”. Daqui podemos tirar uma conclusão: é curta esta argumentação.

O “desporto deve realizar-se com a intensão de influenciar os participantes” (Dévis, 2010, p. 36). Na planificação e realização das atividades, o professor, deve procurar, de

forma intencional, favorecer o valor educativo perseguido, podendo obter desta forma os resultados pretendidos (Guerrero, 2005, p. 113).

Convencidos da infalibilidade da capacidade educativa do DE, no ano letivo de 1995/96, na Escola EB 2,3 de Revelhe, em Fafe, hoje EB 1,2,3 Padre Joaquim Flores, no primeiro ano de trabalho, para resolver os constantes problemas de comportamento de nove alunos de uma turma de 7º ano, estes, foram convencidos a aderirem ao grupo equipa de canoagem sob a responsabilidade do candidato. O contexto dos treinos, na Barragem da Queimadela, afigurava-se propício para promover uma mudança de comportamento. Ironia da situação, o comportamento dos alunos no DE era impecável, contrastando drasticamente com o desenvolvido na escola. Com o tempo o comportamento na escola também se foi alterando positivamente.

Convenhamos, nesta perspetiva, a utilidade do desporto apresenta-se como o seu maior valor, porém, tendo em conta o alcance das suas diversas dimensões, parece-nos redutor este rol de argumentos e razões que alicerçam a sua inclusão na escola, mais ainda, como atividade de enriquecimento curricular. Voltemos ao exemplo anterior, o carácter facultativo da participação no DE, obrigaram o candidato a desenvolver durante quase todo o ano letivo uma operação de charme para convencer os alunos a entrarem para a canoagem o que só aconteceu a pouco mais de dois meses do fim do ano letivo, não se tendo operado, como se pretendia, uma alteração permanente do comportamento em ambiente escolar.

A justificação instrumental não pode, não deve, ser o único alicerce do DE na escola pública de hoje. Sobre esta matéria, Guerrero (2005, p. 113 e 114) acrescenta que “o educativo das práticas desportivas não é a aprendizagem das suas técnicas ou táticas, nem sequer os benefícios psíquicos ou físicos”, prosseguindo o autor ao valorizar as condições em que estas podem ser realizadas, comprometendo o indivíduo, solicitando a mobilização das suas capacidades de tal forma que “essa experiência organize e configure o seu próprio eu e logre a sua autonomia”.

A fragilidade da argumentação explanada dá força a outra fundamentação, para justificar o desporto no âmbito escolar. Essa argumentação é designada por justificação autotélica, ou seja, o valor do desporto em todas as suas dimensões é intrinsecamente precioso (Dévis, 2010, p. 34), ao ponto de legitimar, sem qualquer dúvida e de forma incontestável, a sua inclusão no curriculum escolar. Nesta perspetiva o conhecimento teórico e teórico-motor ou prático é sempre valioso independentemente da sua aplicabilidade imediata. O combate ao analfabetismo motor, entre outros, parece-nos causa

suficiente que dá relevo a esta justificação, reforçada pelo facto do DE possibilitar experiências a partir do corpo, constituindo-se este como a sua tarefa educativa primordial (Bento, 1999).

Evidentemente, o desporto educativo não pode unicamente afunilar na função de transmitir e ensinar valores culturais, mas deve assumir o seu papel de ferramenta indispensável para a formação do indivíduo como um todo. (Neto, 1994; Martínez, 2006; Salguero, 2010, p. 24) Para o efeito Salguero (2010, p. 24) propõe que “na escola devemos tentar aproximar o aluno a diferentes práticas desportivas, através da iniciação desportiva, escolhendo-as tendo em atenção os seus interesses, possibilidades e limitações. É importante promover no aluno uma vida ativa e desportiva assim como uma consciência crítica”.

Seguindo esta linha de pensamento, este ano letivo, motivamos alguns alunos, com fraco desempenho motor e muitas vezes alvo da chacota dos mais hábeis, a inscreverem-se no grupo equipa de Multiatividades de Ar Livre, onde o usufruto da escala, bicicleta todo terreno, canoagem e orientação (na vertente exploratória) se sobrepõe à especialização das técnicas e do rendimento. Pretendia-mos assim aumentar a autoestima e confiança dos alunos e transferi-la também para o contexto da disciplina de EF. Temos constatado que a sua atitude relativamente à prática, em geral, tem efetivamente melhorado.

No seguimento, Fraile (2004, p. 6) completa afirmando que o DE deve ser usado para desenvolver nos alunos valores educativos democráticos, através da socialização e cooperação, evitando o rendimento prematuro e acelerado, reduzindo a seletividade que exige o desporto de rendimento e promovendo hábitos de vida saudáveis de carácter crónico para a vida dos alunos. Esta posição do autor tem toda a nossa concordância, até porque, num grupo de crianças ou jovens não podem ser todos craques, mas, se do mesmo grupo não obtivermos nenhum craque, mas criarmos um bom atleta, dois excelentes dirigentes, dez pais exemplares os restantes ótimos adeptos desportivos e a maioria praticante regular de exercício físico e desporto, podemos dar o trabalho por bem feito, o que já não é fácil numa sociedade cada vez mais acomodada e avessa ao esforço.

Esta preocupação cada vez mais atual e de sentido crescente, com o aumento do sedentarismo, da obesidade, e outras patologias associadas, visíveis absurdamente em idades prematuras, dão força a uma corrente que justifica toda e qualquer atividade física e desportiva que possa ser desenvolvida em ambiente escolar. Durante a infância, “desenvolvem-se as primeiras tendências e comportamentos, constituindo-se em interesses na adolescência que se podem converter em categorias de valor para a vida futura” (Hahn,

1988, p.10). Desta forma, a infância e adolescência são por excelência o período fundamental da vida para levar o indivíduo a adquirir e consolidar hábitos saudáveis a manter na idade adulta (Guerrero, 2005).

Neste ponto parece-nos oportuno realçar a experiência construída com o corta-mato escolar, ao longo dos anos. É uma aposta de grupo disciplinar, temos investido na técnica de corrida na respiração correta e no correr de forma prazerosa. Valorizamos a participação em detrimento do resultado. Consciencializamos os alunos para a importância positiva que a corrida pode ter na sua saúde e como os adultos reaprenderam a valorizar esta prática, estando na moda o *trail* e o *running*. O que se verifica é uma participação massiva no quinto ano que decresce drasticamente até ao nono ano, mantendo-se residual nos seguintes. Concluimos que a experiência vivida no primeiro contacto é de tal maneira negativa que hipoteca a futura participação dos alunos nas atividades desportivas promovidas na escola. Talvez a corrida crua devesse ser apresentada numa idade mais avançada, com mais consciência corporal, deixando os alunos mais novos, disponíveis para propostas mais lúdicas que não implicassem sofrimento físico prematuro.

Sobre esta matéria, os estudos de Guerrero (2005, p. 122) com crianças e adolescentes apontam, entre outros, e por ordem crescente de importância, o “relacionamento com os outros (71%), a diversão (84%), e a melhoria da saúde (88%)” como os três principais motivos para a prática de atividades físicas e desportivas, por parte destes. Desta forma, constatamos que as razões relacionadas com a saúde da população escolar ganham cada vez mais força, ao ponto de condicionarem as perspetivas do presente e futuro do DE na escola pública, quando falamos em matéria de razões para justificar a sua continuidade.

Pese embora os motivos relacionados com a saúde serem cada vez mais relevantes num contexto de promoção protagonizado pelo DE, em nenhuma escola nas quais o candidato lecionou, o projeto de DE, na prática, os concretizava. A nosso ver, a ruralidade que caracteriza o meio envolvente das escolas é a principal responsável por este facto, tornando mais prementes objetivos relacionados com a difusão das práticas desportivas. Concordamos no entanto, que outras escolas integradas em meios diferentes apontem como primeira prioridade dar resposta à promoção da melhoria da saúde.

Em sumula, o DE continua a fazer todo o sentido na escola pública. Para uns é uma oportunidade única para praticarem um desporto, noutros contribuirá para a formação da sua personalidade transmitindo-lhe valores e ensinando-os a viver em sociedade, outros há que poderão ver resolvidas as suas preocupações com o seu desempenho motor e a saúde,

mas a todos é lançada a semente do hábito da prática físico desportiva para o resto da vida. Mas, atenção, o DE e a EF necessitam urgentemente de um “refresh”, para não correrem o risco de ficarem obsoletos e verem o seu espaço a ser ocupado por outros.

Independentemente das diferentes correntes ou opiniões encontradas, todas comungam da importância do DE na escola pública. Sobre o assunto Brito (2005, citado por Lucas & Bravo, 2005) referiu que a razão primordial que deve levar o DE a permanecer na escola prende-se com o facto de esta ser a única instituição por onde todos passam.

### **3.3. Análise Estratégica (DAFO)**

A diversidade e complexidade de variáveis que intervêm nas escolas públicas e o meio envolvente, associado às políticas educativas ciclicamente alteradas de forma drástica, têm muitas vezes contribuído para o aumento de entropia no sistema educativo, quando se pretendia precisamente o contrário, ou seja, que contribuíssem para a clarificação, o progresso e o sucesso de todos.

É, neste emaranhado de interesses, que o DE tenta, a velocidades diferentes, assumir-se como um contributo válido e indispensável na formação integral dos alunos.

Contudo, o sucesso de um projeto depende antes de mais do conhecimento que possuímos da organização e do meio onde está inserida, neste caso, a escola e a sua envolvência. Ora, “não existem escolas uniformes no que respeita à organização do DE. As características e as condições de cada escola devem determinar uma organização própria” (Soares, 1997, p. 37). Nesta linha de pensamento, a metodologia DAFO (análise dos pontos fracos ou debilidades, ameaças, pontos fortes ou forças e oportunidades), como análise dos aspetos internos e externos que influenciam de forma positiva ou negativa (Sacristán, C., Jerez, V. & Ajenjo, J., 1996), parece-nos um contributo a considerar, pois permite a adoção de formas organizacionais mais adaptadas. A análise DAFO, (aplicada ao DE) ajuda e facilita a formulação de objetivos e estratégias para o futuro. (Roche, 1998) Permite-nos ainda perspetivar o rumo a seguir com confiança dando resposta às seguintes questões:

1ª O que somos e onde estamos?

2ª O que temos e para onde queremos ir?

3ª O que nos pode obstaculizar e como podemos lá chegar?

Acima de tudo, numa escola instável e em constante mudança, a análise e o planeamento estratégico, otimizam recursos e reduzem de forma significativa o erro, perspetivando a aplicabilidade, com êxito, de novos modelos de ação. A falta de um planeamento estratégico que seja conhecido por toda a organização irá consubstanciar-se em falta de eficácia, descoordenação e desmotivação dos intervenientes (Sacristán, C., Jerez, V. & Ajenjo, J., 1996).

Nunca, em nenhuma das escolas pelas quais o candidato passou, este exercício foi promovido ou solicitado. A elaboração do projeto de DE de cada uma, reduz-se, em síntese, à seleção das modalidades a adotar, à marcação das atividades a desenvolver durante o ano letivo, (que são quase sempre as mesmas, quando existentes) e à nomeação dos professores responsáveis pelo grupo equipa. A informação relevante que poderia ser obtida pela análise das envolventes interna e externa da escola não passa de uma miragem. Aspetos que poderiam fazer toda a diferença para o sucesso do projeto, como a escolha de desportos que são do interesse dos alunos, ou que não são disponibilizados por clubes e associações fora da escola, a aposta em modalidades cuja exigência técnica não dependa de um único docente, o qual poderá ter de abandonar a escola no final do ano letivo, são exemplos de obstáculos pelos quais já passamos e que poderiam ser evitados com uma simples análise estratégica. Mais ainda, no final de cada período é solicitado aos coordenadores do DE que preencham um pequeno questionário, entenda-se avaliação, que enfoca quase em exclusividade o número de atividades hipoteticamente realizadas, o número de professores envolvidos, e o número de alunos participantes. A quantidade é a única grandeza que interessa para os relatórios dos governantes. A qualidade é uma propriedade marginal.

Parece que todos quantos têm responsabilidades públicas, vivem num contínuo estado paranoide. Por um lado, apregoam a importância da escola pública de qualidade, por analogia, passam uma mensagem de que necessitamos uma economia de valor acrescentado, mas, no fundo, e no que diz respeito ao DE, só lhes interessa o número que justifique o seu lugar num determinado gabinete.

A análise e o planeamento estratégico, assim como a avaliação consequente, deveriam passar a ser uma prática rotineira de qualquer estabelecimento de ensino e a partir daqui construir todo o restante edifício programático. Fundamentamos esta sugestão

na análise SWOT, explanada no Programa do Desporto Escolar 2013-2017 (p.4-6) e mais concretamente no que diz respeito a algumas alíneas, a) e b) da análise interna que correspondem a “Forças”, e que nós, entendemos como debilidades, assim como as alíneas j) e K) que são de interpretação duvidosa, à luz da literatura publicada, propondo esta mais formação por identificar aqui uma lacuna e, também não é certo que o desporto promova os valores elencados.

No seguimento apresentamos a nossa análise DAFO, tendo como matriz o DE vivenciado e um conjunto de matéria publicada da qual destacamos os seguintes autores: Hahn (1998); Fuertes e Aranda (1992); Lendent et al. (1997); Rego, 2002; Freitas (2002); Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar (2003); Pires, (2002, 2004, 2007); Guerrero (2005); Morales el al. (2006); Martínez (2006); Pérez (2010); Dévis (2010), Silva e Sarmiento (2015) e o Programa do Desporto Escolar 2013-2017.

As decisões do presente devem ser tomadas tendo no horizonte o futuro.

### **3.3.1. Debilidades**

① Os recursos financeiros - a total dependência financeira do DE do orçamento de estado, condiciona o seu desenvolvimento às circunstâncias do poder político;

② A autonomia administrativa – a falta de autonomia administrativa pode relegar para um segundo plano a missão e objetivos do DE, a favor de outros interesses;

③ O carácter optativo ou voluntário – a possibilidade dos alunos participarem se quiserem no clube de desporto escolar, não promove o compromisso e tira seriedade ao DE, banalizando-o;

④ O calendário competitivo – a realização das competições aos sábados promove o conflito com outras propostas da comunidade como a catequese ou competições federadas, prejudicando a atratividade do DE e a sua possível ação galvanizante caso se realizasse em período letivo permitindo a assistência de toda a comunidade escolar;

⑤ Os horários escolares – a elaboração dos horários dos alunos, não facultando tempos livres para a realização dos treinos, limita drasticamente o número de potenciais participantes;

⑥ As funções da coordenação local – a centralização da ação dos coordenadores locais, na organização dos quadros competitivos, retira-lhes tempo e disponibilidade para circularem pelas escolas, atestando, corrigindo e coordenando o real funcionamento dos clubes locais de DE;

⑦ A estrutura do DE – a evolução histórica do DE em Portugal reflete a dificuldade na construção de um modelo organizacional, consensual, eficaz e sólido que permita o pleno desenvolvimento de uma prática desportiva escolar;

⑧ O programa do DE – apesar de ser o instrumento de referência do DE, tem-se mantido praticamente inalterado desde o início do século, salvo alterações cirúrgicas. Tendo em consideração as opiniões publicadas, as hipotéticas alterações estruturais e funcionais propostas, transforma-o num documento a prazo;

⑨ A atividade interna – no âmbito dos clubes locais do DE a atividade interna não é uma primeira prioridade, desprezando-se desta forma uma oportunidade para a dinamização, mobilização, motivação e captação de alunos para integrarem os clubes de desporto escolar;

⑩ O DE no 1º ciclo do ensino básico – o DE no 1º ciclo do ensino básico ainda não é uma realidade generalizada, perdendo-se desta forma tempo e oportunidades de crescimento sustentado, uma vez que é durante a infância que um primeiro contacto positivo, estimularia os alunos a continuar no DE ao longo do restante ensino básico (Hahn, 1988);

⑪ A integração dos alunos com deficiência – apesar de um dos objetivos do DE pretender a participação de todos os alunos, na prática verificamos que a percentagem de alunos com necessidades educativas especiais que estão inscritos e efetivamente participam no DE é reduzida quando comparável com o seu universo.

### 3.3.2. Ameaças

① A opinião pública – a opinião pública sobre o DE e, em especial dos encarregados de educação e meios de comunicação social, poderá facilitar ou não o crescimento e desenvolvimento do DE;

② A opinião dos políticos - a volatilidade das correntes políticas, em especial sempre que há eleições, retira confiança ao crescimento consistente do DE;

③ A elevada oferta de atividades extraescolares – especialmente em escolas implantadas em meios com baixa densidade populacional em idade escolar, os clubes escolares do desporto escolar competem com os clubes e associações locais pelos mesmos praticantes;

④ As novas formas de gozar o tempo de lazer – a proliferação entre os jovens de novos hábitos no que à ocupação dos tempos livres diz respeito, tais como, a internet, os videojogos e a televisão, facilitam o sedentarismo e relegam para segundo plano as práticas físicas;

⑤ A oferta polidesportiva - a oferta de uma grande variedade de modalidades desportivas, no âmbito dos clubes de desporto escolar das escolas, assim como a sua alteração em curtos períodos de tempo, contribuem para a falta de especialização, dispersão dos alunos e possível perda de interesse destes pelo DE;

⑥ A preponderância do resultado na competição – o colocar o resultado como o objetivo principal da competição, leva a uma seleção dos melhores e a um afastamento dos menos hábeis, contrariando a missão integradora e de oportunidade para todos que se pretende com o DE;

⑦ A dessintonia entre os interesses dos alunos e o clube local do desporto escolar – a escolha e proposta por parte dos clubes locais de desporto escolar de modalidades desinteressantes ou pouco motivadoras para os alunos não favorecem a participação destes no DE;

⑧ A opinião publicada – a importância dos média, a forma como estes olham para o DE, o que dele dizem ou escrevem, influência transversalmente a sociedade, contribuindo de forma decisiva para as opções de futuro;

⑨ Posicionamento cultural do desporto na sociedade portuguesa – a fraca adesão da sociedade portuguesa, no que à prática desportiva diz respeito, reflete-se intergeracionalmente na transmissão de valores, princípios e hábitos e especialmente na mobilização para a prática física e desportiva;

⑩ A falta de mobilização e motivação dos professores – os professores são uma variável incontornável para o sucesso do DE. A sua desmotivação resultante da falta de auscultação das suas opiniões e interesses, da ocupação dos sábados com competições, da ameaça constante da diminuição do crédito horário, da falta de um quadro competitivo sério, podem comprometer de forma decisiva o sucesso do projeto de DE;

⑪ A sociedade capitalista – a evolução da sociedade no sentido mais capitalista, onde as aspetos económicos e financeiros predominam sobre todos os outros, pode incorrer na promoção do desporto de competição/espetáculo e da indústria desportiva, selecionando os melhores, em detrimento de um desporto para todos, transformando em oportunidades de comércio o DE e o desporto de lazer.

### **3.3.3. Forças**

① A corporalidade – a EF e o DE são as únicas áreas escolares que promovem a aprendizagem, a comunicação, a expressão e interação, (entre outros) privilegiando o corpo;

② Os valores sociais – o DE é por excelência (a par da EF) um meio para a transmissão de valores para a vida em sociedade;

③ Os hábitos de vida saudáveis – a participação regular dos alunos nas atividades do DE contribuí decisivamente para criar nestes hábitos de vida saudáveis fundamentados na prática de exercício físico, os quais têm maior probabilidade de se manterem ao longo da vida;

④ O lazer ativo – com o DE os alunos aprendem não só a ser adultos mais ativos, mas também mais capazes na gestão e aproveitamento do tempo de lazer quer de forma ativa (ex. ida ao ginásio) ou passiva (assistir a um jogo de futebol no estádio);

⑤ A formação integral / holística – o DE promove a formação do ser humano como um todo, privilegiando todas as suas dimensões;

⑥ O caráter universal e inclusivo – na sua essência, o DE destina-se a todos os alunos independentemente do género, raça, limitações motoras, psíquicas ou psicomotoras, do seu nível de disponibilidade motora e da sua proveniência socioeconómica;

⑦ A duração plurianual do projeto do DE – a atribuição legal da obrigatoriedade da duração de quatro anos do projeto do DE confere uma maior previsibilidade e estabilidade do futuro, contribuindo de forma decisiva para o seu desenvolvimento sustentado e, em consequência, o seu êxito.

### 3.3.4. Oportunidades

① Os meios de informação e comunicação – os meios de informação e comunicação podem ser um aliado importante na divulgação e publicitação de uma imagem positiva e apelativa do DE, influenciando a opinião dos alunos e encarregados de educação, em particular, e de toda a sociedade em geral;

② A análise e planeamento estratégico – a análise e planeamento estratégico são uma ferramenta indispensável para a escolha das melhores estratégias, dando respostas aos interesses desportivos dos alunos e da comunidade, otimizando esforços num percurso com vista ao futuro;

③ *Benchmarking* – é um processo sistemático e estruturado com vista a identificar as melhores práticas, os melhores exemplos, procurando adaptá-los à nossa realidade, economizando tempo e trabalho, promovendo a evolução;

④ Sinergias com o DF e autarquias – o estabelecimento de pontos de entendimento com as entidades com interesses no desporto em idade escolar, podem ser potencializadores do desenvolvimento do DE, em parceria, evitando a duplicação de serviços e consumo de recursos. Alguns exemplos poderão passar pela cedência de instalações desportivas e transportes, mas também pelo intercâmbio de técnicos

especialistas, assim como a delimitação das fases de intervenção, podendo caber à escola a responsabilidade pela formação desportiva de base.

### **3.4. Estratégias Para o Sucesso**

O sucesso de cada estratégia depende intimamente de uma série de etapas, a montante, que devem ser concretizadas. De entre elas a análise estratégica, e, especialmente, a filosofia da causa, conhecer a missão, identificar os valores, são partes incontornáveis do caminho a seguir. Queimar etapas é apanágio do fracasso. Como consequência, o “DE tem sido ao longo dos tempos alvo de experiências atrás de experiências, sem que delas se tenham conhecido seriamente os resultados e sem que os mais diretamente interessados, as crianças, os jovens, delas tenham colhido grandes benefícios” (Mota, 1997, p. 4).

A literatura é fértil em argumentos, uns a favor de um DE ligado ao desporto competitivo, outros de uma matriz pedagógica e educacional.

Para todos, parece indiscutível o valor e a importância do DE na escola, sendo este caracterizado por ser um processo “eminente educativo e pedagógico” devendo continuar ligado ao sistema educativo, embora deva estabelecer uma relação de colaboração e cooperação com o sistema desportivo (Mota, 1997, p. 4).

Segundo Mota (1997), o DE, para singrar, deverá ser acessível a todos sem exceção, propondo as modalidades preferidas dos alunos, pugnando pela existência de equipamentos e espaços e disponibilidade efetiva de horário escolar dedicado para a sua realização. O autor vai mais longe ao propor um “projeto global” (Mota, 1997, p.10-11; Mota, 2003, p. 2-3) onde arquitetura a ação conjunta da disciplina de Educação Física (caráter obrigatório) com os torneios e jogos desportivos (caráter misto) e os grupos equipa do DE (caráter voluntário).

Apesar de ser este o modelo com o qual o candidato mais se identifica, a proposta de Mota (1997, 2003), aparentemente descarta a ação e atração que os clubes e associações da comunidade extraescolar exercem sobre os mesmos alunos e, o quanto é difícil, para não dizer impossível de promover a cooperação e complementaridade. Assim,

com competições sobrepostas, o DE raramente leva a melhor quando falamos na mobilização dos alunos. Uma possível resposta a este problema é avançada por Pina (1994) que propõe a criação da Federação Portuguesa do Desporto Escolar, na alçada do Ministério da Educação, mas com autonomia administrativa e financeira. Desta forma o DE manteria uma identidade própria, ficando, no entanto, por esclarecer a sua relação com o atual DF. Ainda sobre esta matéria, Sardinha (2005, citado por Lucas & Bravo), num registo um pouco diferente, defende um modelo que desse condições à integração do DE no movimento associativo, o que só deveria acontecer até ao escalão de juvenis. Esta proposta de Sardinha assume-se de elevada complexidade, correndo o risco de retirar ao DE o seu virtuosismo educativo. Por outro lado, o atual programa de DE já propõe a existência de equipas federadas.

Um outro ponto a considerar, tem que ver com as evoluções técnicas dos meios e modelos comunicacionais que exercem uma ação de aculturação no tecido educativo (Pinto, 2002). A permeabilidade, demonstrada atualmente pelos alunos, às novas formas de comunicação, poderão constituir-se uma oportunidade, como canais privilegiados na conquista da atenção e interesse dos jovens pelo DE.

Sem complexos, as práticas físicas em geral e o DE em particular, devem apanhar boleia, dos desportos de massas, das suas complexas máquinas de *marketing* e promover os seus valores. Nesta matéria, apesar da escola não ser considerada uma empresa desportiva, uma vez que não tem como finalidade a produção de serviços desportivos (Sacristán, C., Jerez, V. & Ajenjo, J., 1996), esta pode e deve recorrer a muito do conhecimento desenvolvido na área da gestão desportiva e utilizá-lo em prol dos seus interesses, nomeadamente nos meios e formas de comunicação, na metodologia de análise interna e externa, mas também no planeamento estratégico. Paraphrasing Pinto (2002, p. 201), “a importância de uma visão estratégica devidamente planeada, em educação, requer a aplicação sustentada e deliberada de um conjunto de recursos e estruturas”.

Concomitantemente, não podem ser esquecidos dois elementos do sistema de suma importância para o êxito: os professores e as famílias dos alunos. Dos professores é esperado que imprimam a dinâmica necessária para o funcionamento do projeto do DE em toda a sua plenitude. Ora, a eficácia da sua ação depende diretamente da sua motivação (Pieron, s.d.). Com base na observação ao longo dos anos, verificamos que a motivação dos professores passa com toda a certeza pela valorização da sua ação docente e descongelamento das carreiras, mas, passará também e, nisso estamos de acordo com Delgado e Sancho (2005), pelo seu incentivo, traduzido no aumento das vagas e a carga

horária para a programação, a coordenação e a avaliação das atividades. Quanto às famílias, e, no que respeita ao DE, alguns estudos realizados, de entre os quais gostaríamos de evidenciar os de Morales, López e Rodríguez (2006) realçam a importância da sua envolvimento nos projetos, preferindo estas um DE mais participativo, em detrimento dos comportamentos e atitudes da competição.

Continuando na definição a adotar com vista ao êxito do DE, subscrevemos algumas das propostas de Delgado e Sancho (2005).

Sobre esta matéria, Delgado e Sancho (2005) enumeraram uma série de caminhos a seguir, visando o êxito do DE:

promover atividades desportivas nas instalações escolares, favorecendo a inter-relação com os outros programas desportivos... (estratégia de conexão); não diversificar excessivamente as atividades, a oferta excessiva provoca dispersão dos alunos e, promover e facilitar atividades culturais de participação aberta, relacionadas de forma paralela com a competição escolar (p. 24).

Independentemente das estratégias desenhadas, o sucesso do DE depende primeiramente da definição do rumo que se quer seguir. Sem rodeios é necessário dizer ao que vamos, assumir de uma vez por todas a intenção, ou seja, pretende-se um DE com características mais tradicionais semelhantes ao desporto competitivo federado ou, pelo contrário, como referenciou Fuentes-Guerra e López (2006), um desporto educativo e formativo, “que esqueça os valores mais tradicionais e típicos do desporto de alta competição tais como a seleção dos melhores, a competição como um fim, a falta de socialização, e a importância do resultado, entre outros” (p. 41).

Querendo conservar ao máximo a estrutura atual, evitando tomar atitudes drásticas que passariam pelo redesenhar de todo o sistema desportivo e educativo no que ao DE diz respeito, a agilização dos sistemas e a sua otimização terá que passar inevitavelmente pela criação de um desporto em idade escolar coordenado, evitando a replicação de propostas desportivas (clubes e escola), muitas vezes com modelos opostos, com objetivos, programas e atividades que não respondem às mesmas finalidades, mas, que postos à disposição dos mesmos alunos, duplicam recursos desnecessariamente (Pires, 2002, Delgado & Sancho, 2005). Na mesma linha de pensamento, seria vantajoso que as competições e encontros promovidos pelo DE não acontecessem ao fim de semana, mas numa tarde indicada, permitindo a participação de todos, (Rego, 2002) evitando desta forma

a concorrência com as atividades dos clubes e associações, favorecendo na escola um ambiente de envolvimento e compromisso com o desporto. A convergência da nossa posição com a da autora é respaldada pelas vivências nas escolas coordenadas por Vila Real onde sempre, o candidato competiu às quartas-feiras. Da mesma maneira, também Fraile (2004), ao descrever o modelo Belga, destacando a sua importância e sucesso, realça que a sua ação desenvolve-se, em todas as escolas, à quarta-feira à tarde.

Não obstante, e voltando novamente ao cenário atual, a ação dos clubes e associações como forças vivas das nossas comunidades não podem, simplesmente, ser diabolizadas. Para Fuertes e Aranda (1992), os clubes e associações são, muitas vezes, o garante da continuidade da prática desportiva dos alunos quando estes mudam ou terminam o seu percurso em determinada escola. Mais ainda, foram os clubes e associações que em muitos locais e durante anos protagonizaram a única oportunidade para se praticar desporto. Com base neste facto, a participação dos clubes, das associações e das federações no DE deve ser promovida, encontrando o equilíbrio que satisfaça a todos, fundamentando-o na regulamentação legal.

Mantendo o olhar sobre o modelo atual, queríamos partilhar as reflexões de Caetano (2012). O autor defende que:

o DE deve estar centrado numa estratégia de actividade interna dinâmica e regular em cada escola, aberta a todos os alunos que quiserem jogar e praticar uma modalidade independentemente da sua capacidade. Durante os jogos, os professores devem sinalizar os melhores de modo que no final do ano lectivo, e aí sim, possam organizar ... as seleções de escola ... cada seleção deverá competir, numa fase final, em várias escolas, com sorteios e eliminatórias (p.13).

A proposta de Caetano é redutora, não dando respostas válidas a todos os desafios atuais. O DE não pode ser só isso, no entanto, sem nunca o declarar, o autor evidencia unicamente a atividade interna e nesse sentido se analisarmos as suas palavras e as conectarmos unicamente à atividade interna, então o seu contributo torna-se mais válido. Também Teixeira (2007) refere que seria possível tirar mais proveito da atual estrutura e programa do desporto escolar, se, a título de exemplo, os coordenadores locais alargassem o seu campo de ação à avaliação e supervisão do funcionamento do CDE, em vez de se preocuparem quase exclusivamente com a organização das competições. Mais recentemente, Silva e Sarmiento (2015), concluem que a simples obrigatoriedade das

escolas em criarem manchas horárias, destinadas à participação no desporto escolar, seria condição relevante para o seu desenvolvimento.

Conclusivamente, Freitas (2002) considerou a atividade interna e os professores EF como os pilares principais e decisivos para o sucesso do DE, afirmando que “sem eles não há DE” (p. 14). Na mesma tónica, Fuertes e Aranda (1992, p.37) propõem a “progressiva profissionalização dos técnicos do DE, tanto os que realizam tarefas técnico-docentes como de coordenação”, perseguindo desta forma um DE de qualidade. A par destas duas propostas, a criação de uma efetiva coordenação com os clubes, associações e autarquias, onde sejam claras as competências de cada um, assume, cada vez mais, uma urgência inadiável. Daí que a alteração do modelo de DE poderá ser uma necessidade incontornável.

### 3.5. O Futuro do Desporto Escolar na Escola Pública

*É além de tudo essencial que a escola se não separe do mundo; não há escolas e oficinas; há um certo género de oficinas em que trabalham crianças nas tarefas que lhes são adequadas e lhes vão facilitando o desenvolvimento do corpo e do espírito; vão colaborando no que podem e no que sabem para que a vida melhore. Ninguém fugirá da escola e a olhará como um horror no dia em que a deixemos de conceber como um lugar a que se vai para receber uma lição, para a considerarmos como o ponto de condições óptimas para que uma criança efectivamente dê a sua ajuda a todos os que estão procurando libertar a condição humana do que nela há de primitivo; não se veja no aluno o ser inferior e não preparado a que se põe tutor e forte adubo; isso é o diálogo entre o jardineiro e o feijão; outra ideia havemos de fazer das possibilidades do homem e do arranjo da vida; que a criança se não deixe nunca de ver como elemento activo na máquina do mundo e de reconhecer que a comunidade está aproveitando o seu trabalho; de número na classe e de fixador de noções temos de a passar a cidadão.*

(Silva, 1988, p. 45)

O conhecimento do passado permite-nos evitar cometer os mesmos erros no futuro. O estado do DE pode ser avaliado por meio de vários indicadores tais como: o número de alunos e professores que intervêm ativamente nos projetos e as suas motivações, a adequação ou não dos recursos, as práticas propostas, o estatuto e apreço da área, o seu sentido, entre outros.

Mais difícil será estabelecer uma relação direta e avaliar quantitativamente e qualitativamente a ação do DE na escola e nos seus alunos numa perspectiva de repercussão no futuro.

A escola pública, durante os últimos anos, tem vindo a sofrer uma série de mudanças pedagogicamente discutíveis. Contrariamente ao discurso político dos governos, são os fatores economicistas que traçam as linhas mestras do funcionamento da escola a que Fraile (2004, p. 5) também chamou de “democrática”.

A falta de uma orientação esclarecida por parte da tutela tem levado, nos últimos anos, as associações representantes de professores de Educação Física a afirmarem que “o estado não sabe o que fazer com o DE” (Lucas & Bravo, 2005). Paralelamente, a disciplina de EF é desvalorizada, ficando os seus docentes, os mesmos do DE, numa posição enfraquecida na luta contra os lóbis do DF, que tentam a apropriação do DE. Como consequência, o DE, estruturado da forma como hoje o conhecemos, fazendo parte da componente letiva do horário dos professores de EF, está ameaçado a desaparecer.

Apesar da sociedade apresentar défices preocupantes de sedentarismo, associado ao aumento das doenças civilizacionais e fraca cultura físico-motora, esta não tem sido uma área de investimento por parte do estado. Por outro lado, segundo Marivoet (1993, p. 197), independentemente da conjuntura “o desenvolvimento do desporto escolar como programa extracurricular, se tem vindo a organizar predominantemente para a preparação de quadros competitivos de âmbito escolar e não tanto enquanto espaço de aprendizagem...”. Desta forma, o DE como atividade educativa perde capacidade, ao não dar resposta à mudança de valores protagonizada pela sociedade e, como resultado, poderá diminuir o interesse dos alunos na sua participação.

Fundamentado pela literatura, (Pires, 2002, Pereira, 2005) por conversas com outros colegas e pela experiência no terreno, constatamos no quotidiano das escolas que o papel do DE confunde-se muitas vezes com o da disciplina de EF. Ora, o sucesso do DE está intimamente ligado ao sucesso da disciplina de EF. Neste sentido, autores de referência como Bento (1999 p. 61) alertam-nos para a crise que afeta a EF, com tendência de se vir a

agravar no futuro, acrescentando que “as ofertas de atividade física de caráter optativo ou voluntário contribuem para a erosão dos padrões de qualidade e profissionalismo”. Também Pires, em 1994, com a mesma tônica assumia o desfasamento da EF e o DE com as novas dinâmicas, à época, da sociedade. Curiosamente, volvidos vinte anos, nada mudou, mantendo-se os escritos do autor atuais. Elucidando esta realidade, observamos as alterações operadas no ensino secundário, retirando importância à nota da disciplina de EF, sempre que um aluno concorra à universidade para qualquer curso fora do âmbito do desporto. De forma explícita, banalizam-se as práticas físicas na escola, nivelando por baixo, promovendo o absentismo. Por influência, a participação no DE, dos alunos que frequentam o ensino secundário, tornou-se residual e só não é mais evidente, porque alguns alunos a pedido dos seus professores competem pela escola, mas não frequentam os seus treinos.

Por arrastamento, o que se conhece como DE sobrevive com deficiências, subsistindo uma magra competição oficial, relegando para o esquecimento o que devia ser uma prática estruturada e sistematizada. Ao mesmo tempo, diferentes interesses agem na escola, competindo permanentemente com esta, na oferta de atividades, competições e torneios. Os maiores prejudicados são as crianças e jovens que não têm a possibilidade de praticar um desporto adequado, ficando expostas a uma prática competitiva, desmesurada e excessiva (Delgado & Sancho, 2005). Pese a quantidade de oferta, a incidência sobre os melhores contraria o espírito de oportunidade que se pretendia dar a todos. Como resultado, a escola passa por dificuldades em mobilizar os alunos para as competições, levando algumas a proporem equipas só para meninas, por serem estas as que recebem menor pressão do meio social envolvente. Seguindo o mesmo princípio, o desporto para alunos com deficiência poderá espreitar uma oportunidade de crescimento, tal só não se tem verificado essencialmente por dois motivos: pela falta de formação e informação dos professores e diretores escolares e ainda por ser um desporto pouco expressivo, não correspondendo na maior parte das vezes às pretensões de promoção (de imagem) que muitas escolas procuram.

Ao longo dos últimos anos, a escola pública, mais precisamente, as áreas das expressões, foram alvo de redução no número de horas semanais disponibilizadas. As correntes reformistas atuantes, desde o início deste século, têm contribuído para estabelecer uma divisão entre áreas curriculares de primeira e de “segunda ordem ou menos nobres”, e, é no seio destas últimas que “a EF e o DE são quem mais tem por onde se possa cortar” (Bento, 1999, p. 62). Aliás sobre esta matéria ninguém foi mais claro e incisivo do que Freitas (2002),

ocupados e preocupados com as “coisas” do domínio cognitivo sobre as quais têm de prestar provas e ser avaliados para acesso a um percurso profissional, os jovens, as famílias e a escola negligenciam a formação e a educação pelo exercício físico remetendo este para a área da recreação e entretenimento ou ocupação dos tempos livres... (p. 13).

No seguimento destas políticas, o futuro do DE passará por ventura, pela sua integração na EF, não descorando esta a sua faceta de ensino-aprendizagem, concomitantemente com as atividades de lazer e as atividades físicas que suportam diferentes profissões (Lima, 1995, p. 82). Na mesma tónica, Pires (2004), perspetiva a criação de uma nova área disciplinar, a Educação Desportiva, como produto da fusão entre a EF e o DE. Sobre este assunto, como já deixamos explícito anteriormente, consideramos prejudicial qualquer alteração que passe pela fusão do EF e DE, havendo espaço e vantagens no desenvolvimento das duas áreas separadamente, necessitando estas de alterações programáticas e modelos de ação, assim como de formação e motivação dos professores responsáveis.

O desafio está em mudar as práticas físico-motoras, fundamentando-as no pensamento de Wallon (s.d. citado por Lima, 1995, p. 82), “é preciso ensinar a sociedade à escola”, mantendo, ou aumentando, os tempos letivos que lhes são atribuídas. E, no que ao DE diz respeito, “a escola tem de organizar no seu interior um modelo desportivo de quadros competitivos, de atividades formais e informais enquadradas no mundo do desporto ... e que projetem essa aprendizagem para a vida” (Pires, 2007, p. 16).

É igualmente pertinente aclarar e definir o papel do DE na escola e na comunidade, na sua relação com os clubes, associações e empresas. Com base nesta ideia, há três anos a esta parte, o Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura, quadro ao qual pertence o candidato, conjuntamente com a autarquia (de forma oficiosa), criaram um canal de comunicação para discutir, no que ao desporto diz respeito, os objetivos, as dificuldades, os contributos que cada um podia dar em prol do desenvolvimento de projetos de interesse comum. Como resultado, o Clube de Desporto Escolar da escola desenhou o seu programa optando por modalidades desportivas de interesse social e local. A escola assumiu a tarefa de sensibilização dos alunos e a sua formação de base, para que estes posteriormente e em especial a partir do nono ano, período em que a maioria opta pelo ensino profissional noutra estabelecimento, prossigam a competição representando um clube da terra. Até ao momento, a parte mais fácil foi sentar todos à mesma mesa a conversar, o mais difícil tem

sido a cooperação com os clubes (os atletas que competem pelo clube, embora sejam alunos da escola, não demonstram interesse em competir em representação deste e vice-versa) e a superação da hierarquia camarária, ficando vulnerável à instrumentalização política (o técnico superior do desporto nunca resolve nada sem o aval da vereadora). Apesar das dificuldades, em equipa, a escola, a autarquia e o clube têm conseguido a nomeação para a realização de competições de carácter regional, ambicionando ainda mais.

No exemplo descrito, tentamos corresponder aos princípios de Carvalho (1987, p. 81) que foi claro ao afirmar que “é na escola que os jovens praticantes devem efetuar a sua formação desportiva e pedagógica”. Portanto, urge de forma reativa ou pró-ativa acompanhar as mudanças sociais, para não correr o risco de ficar obsoleto e ser eliminado da escola do futuro. Ao mesmo tempo é imprescindível que a aprendizagem seja atrativa e motivante para todos, fomentando hábitos de prática física e promovendo valores educativos (Fuentes-Guerra & López, 2006).

Definitivamente, “é necessário estruturar o desporto na idade infantil e juvenil, tanto na sua vertente seletiva com o objetivo de detetar talentos, como desde a ótica do desporto para todos que permite a participação de toda a comunidade escolar” (Delgado & Sancho, 2005, p. 13). O DE não pode limitar o seu papel à forma dinâmica de consumo de energias, controlo da agressividade ou ocupação de tempos livres. Deverá ser abordado de forma séria e responsável, contribuindo para a formação dos alunos, evidenciando as suas finalidades e conteúdos tais como a natureza corporal, o domínio da saúde, social e ético entre outros (Freitas, 2002).

Para além dos diferentes modelos que podemos encontrar ao longo do país, o futuro do DE na escola pública, em Portugal, não ficará indiferente às tendências verificadas noutros países europeus e, também aqui, há diferenças assinaláveis. Quanto a este assunto, Fraile (2004) considerou três exemplos a realçar, e que a meu ver merecem uma observação cuidada. O primeiro, constituído pelos países mediterrâneos, Espanha, Itália, França e Portugal, onde as características do DE quanto a situações organizativas são semelhantes. O segundo exemplo prende-se com os países anglo-saxónicos, cujo modelo persegue a iniciação desportiva dos desportos coletivos mais representativos. O terceiro e último exemplo é o modelo belga, país que possui desde 1984 uma federação do desporto escolar. Desde então, o DE vêm-se caracterizando, cada vez mais, com a participação de todos os alunos em práticas de cariz recreativo e educacional. Para o autor, a importância do modelo belga no contexto europeu constituiu um marco referencial quanto às tendências.

Perante as lacunas do modelo atual do DE e, conseqüentemente, à análise das diferentes correntes, fomos tentados a ensaiar um modelo de DE que dê resposta positiva a diferentes questões que me têm assaltado ao longo dos anos. Este exercício reflexivo pretende ser uma base de trabalho, ávido de outros contributos, com intensão de provocar a discussão construtiva. Assim, a figura nº5 corporaliza o modelo de DE idealizado, dando especial ênfase ao seu posicionamento num cenário que também contempla a ação do DF (através dos clubes) e autarquias.

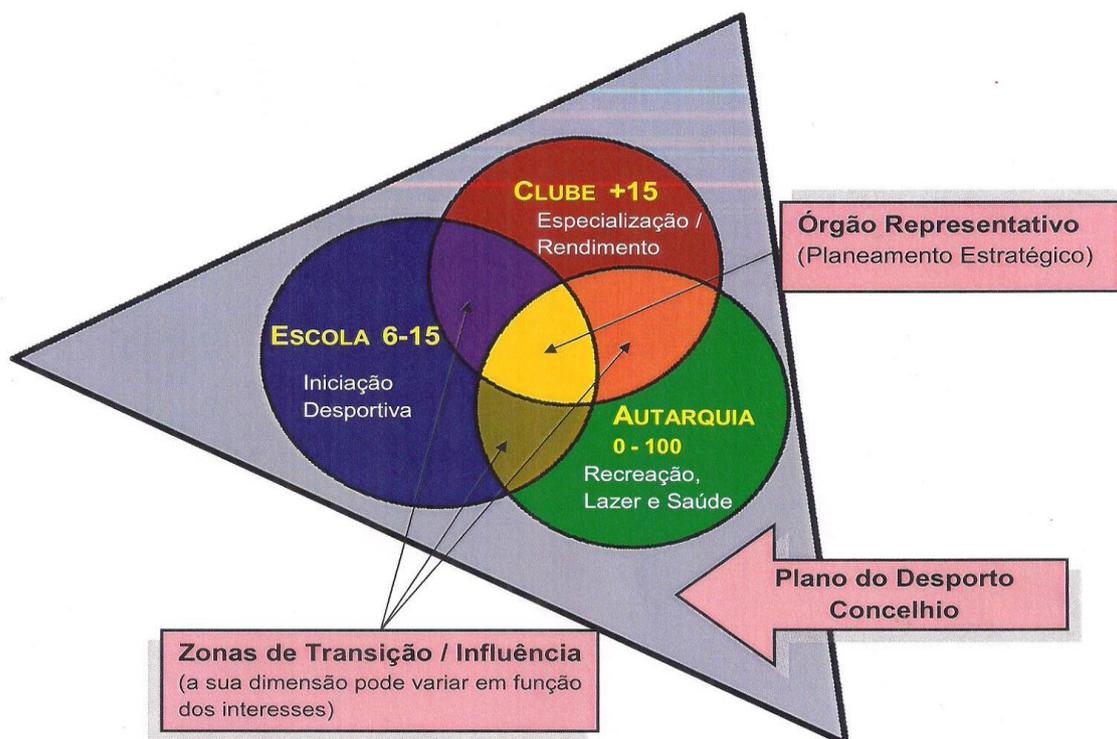


Figura nº 5 – Proposta de modelo do Desporto Escolar.

Nesta proposta a escola assume a formação desportiva em exclusividade, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, correspondendo ao percurso escolar que compreende o primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico. Finalizado este período, os alunos estarão referenciados e serão encaminhados para continuar a sua prática nos clubes. O financiamento da formação ficará a cargo do estado e/ou autarquias e é feito unicamente à escola. Qualquer clube que queira abordar a formação neste intervalo etário, fá-lo-á por sua conta e risco, não podendo receber apoios de qualquer entidade pública. As modalidades, a abordar pelo DE na escola, serão escolhidas por um organismo colegial (órgão

representativo), composto pela escola, autarquias e clubes existentes. De igual forma o “órgão representativo”, fundamentado num planeamento estratégico, elaborará o Plano do Desporto Concelhio ou Municipal, com duração plurianual, contemplando este documento também todo o desenvolvimento desportivo nas suas diferentes variáveis. O modelo contempla ainda zonas de transição ou influência que podem ter dimensão diferente em função do interesse de cada comunidade (por exemplo, a autarquia pode delegar na escola a promoção do desporto na sua vertente de saúde, neste caso a zona de transição / influência de autarquia sobre a escola será menor). O calendário competitivo e responsabilidade organizativa das competições poderia ficar a cargo das federações desportivas, libertando os organismos intermédios da estrutura do DE para ações de formação, sensibilização e avaliação junto das escolas. Por outro lado, as federações teriam de desenvolver esforços de apoio, promoção e sensibilização das escolas e autarquias, para verem as suas modalidades abordadas pelo DE e contempladas nos Planos do Desporto Concelhios.

Em suma, nas opiniões publicadas, é unânime a defesa da manutenção do DE na esfera da escola, o mesmo não acontecendo quanto à sua tutela (Lucas & Bravo, 2005). Num país como o nosso, somos tentados a arriscar, afirmando que a definição dos caminhos do futuro passará sempre pelas “inspirações” políticas do momento e da situação económica, certos de que, como tem sido apanágio (de Portugal), na falta de uma liderança forte e esclarecida, o DE assumirá uma roupagem polivalente tal e qual um canivete suíço. Nesta ótica, compete-nos a nós, professores do DE, conhecedores do terreno, ter uma atitude pró-ativa e contribuir de forma decisiva no desenho do DE que pretendemos no futuro.



## **REFERÊNCIAS**



- Arnold, P. J. (1991). *Educación física, movimiento y curriculum*. Madrid: Morata e MEC.
- Bento, J. O. (1991). *Desporto, saúde e vida: Em defesa do desporto*. Lisboa, LivrosHorizonte, Lda.
- Bento, J. O. (1999). Contextos e perspectivas. In J. O. Bento, R. Garcia & A. Graça, *Contextos da Pedagogia do Desporto* (pp. 19-110 Lisboa: Livros Horizonte.
- Bento, J. O. (2003). *Planeamento e avaliação em Educação Física*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Betrán, J. O. (1993). Reflexiones En Torno Al Origen Del Deporte. *Apunts: Educación Física y Deporte*, 33, 12-23.
- Caetano, R. (2012, dezembro, 19). O futuro do desporto escolar. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Carvalho, M. (1987). *Desporto escolar - inovação pedagógica e nova escola*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Conde, J. J. A. (2012). *Desporto Escolar, a Realidade do Basquetebol. Enfoque na Coordenação Local do Desporto Escolar do Porto*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Desporto – Universidade do Porto, Portugal.
- Delgado, F. & Sancho, J. A. M. (2005). La organización del deporte en edad escolar en la ciudad de Valencia desde una perspectiva educativa. In Torres, L. C., Sancho, J. A. M., Delgado; F. O., Izquierdo, A. C. & Esmel, X. T. (coords), *Libre de ponencies de I Congreso de Deporte en Edad Escolar* (9-28). Valencia: Fundació Esportiva Municipal.
- Dévis, J. D. (2010). Reflexiones sobre el valor educativo (y no educativo) del deporte escolar. In Pérez, J. I. L., Martínez, J. P. M., Gutiérrez, P. B., Díaz, S. V. & Suárez, A. D. (coords), *X Congreso deporte y escuela* (31-38). Cuenca: Publicaciones de la Diputación Provincial de Cuenca.
- Ferreira, F. (2003). O Século XX Foi o Século do Desporto. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 18 (109), 26 – 29.
- Fraile, A. (coord.)(2004). *El deporte escolar en el siglo XXI: análisis y debate desde una perspectiva europea*. Barcelona: Editorial Graó.
- Freitas, F. (2002). Desporto Escolar. Conceptualização e contextualização no Âmbito do Sistema Educativo e do Sistema Desportivo. *A Página da Educação*, nº 110, 13-14.
- Fuentes-Guerra, F. J. G. & López, J. M. R. (2006). Buscando el deporte educativo. Cómo formar a los maestros?. *Retos. Nuevas tendências en educación física, deporte y recreación*, 6, 40-44.
- Fuertes, J. G. & Aranda, J. G. (1992). Estructura y organizacion del deporte en la edad escolar. In VII Jornadas de deporte y corporaciones Locales: El deporte en edad escolar (20-43). La Coruña. Edicion de la Federación Española de Municipios y Provincias (FEMP).

- Graça, A., Garcia, R. & Bento, J. O. (1999). *Contextos da pedagogia do desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Guerrero, J. T. (2005). Motivación y socialización en el deporte escolar. Nuevas perspectivas en la sociedad postmoderna. In *I Congreso de deporte en edad escolar*. (112-136). Valencia: Publicaciones de la Fundación Deportiva Municipal Valencia.
- Hahn, E. (1988). *El entrenamiento con niños*. Barcelona: Editora Martinez Roca
- Izquierdo, A. C. & Esmel, X. T. (2005). Los juegos desportivos municipales de Valencia: su organización y estructura. In Torres, L. C., Sancho, J. A. M., Delgado; F. O., Izquierdo, A. C. & Esmel, X. T. (coords), *Libre de ponencias de I Congreso de Deporte en Edad Escolar* (30-41). Valencia: Fundació Esportiva Municipal.
- Lendent, M., Cloes, M., Onofre, M., Telama, R., Almond, L. & Pieron, M. (1997). Motivation des jeunes à la pratique des activités physiques et sportives. *Sport*, 159/160, 72-81.
- Lima, T. (1995). O que é hoje a Educação Física?. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 12 (69), 82.
- Marivoet, (1993). Hábitos desportivos - valores socioculturais em mudança. . *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 9 (53), 193 – 198.
- Martínez, J. L. (2006). Educación física y deporte escolar. *Retos. Nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación*, 9, 19-22.
- Meirim, J. M. (1993). O Desporto e o Direito. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 9 (54), 229 – 230.
- Morales, M. T. V., López, A. M. M. & Rodríguez, I. R. (2006). Com qué deporte escolar sueñan las familias? *Apunts: Educación Física y Deporte*, 86, 97-107.
- Mota, R. (1997). A Educação Física e o Desporto Escolar. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 13 (76), 1 – 12.
- Mota, R.B.P. (2003). Desporto escolar – organização, dinamização da actividade interna. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 19 (109), 1 – 8.
- Neto, C. (1994). A criança e a actividade desportiva. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 10 (60), 203 – 206.
- Pereira, A. (2005). A Educação Física e Desporto em Portugal. A visão de um grupo de profissionais excelentes. Parte I – Panorama actual. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 20 (117), 1-12.
- Pérez, L. M. R. (2010). Cuando el deporte es más que deporte en el ámbito escolar. In Pérez, J. I. L., Martínez, J. P. M., Gutiérrez; P. B., Díaz, S. V. & Suárez, A. D. (coords), *X Congreso deporte y escuela* (17-27). Cuenca: Publicaciones de la Diputación Provincial de Cuenca.

- Pina, M. (1994). Desporto Escolar da Organização do Passado à Organização do Futuro. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 10 (60), 1 – 8.
- Pina, M. (1995). Desporto Escolar na Última Década. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 12 (69), 1-8.
- Pina, M. (1997). Estrutura e dinâmica do desporto escolar – levantamento e análise da situação em Portugal de 1990 a 1995. Do modelo à prospectiva. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Motricidade Humana –UTL, Lisboa.
- Pinto, M. L. S. (2002). *Práticas educativas numa sociedade global*. Porto: Asa Editores.
- Pires, G. (1994). A organização do futuro. 10 megatendências. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*, 11 (61), 3-13.
- Pires, G. (2002). Desporto escolar: Da educação física à educação desportiva. A página da educação, nº 109, p. 4.
- Pires, G. (2003). O cadáver do Desporto Escolar. A página da educação, nº 123, p. 4.
- Pires, G. (2004). Para uma educação desportiva. A página da educação, nº 135, p. 4.
- Pires, G. (2007). Educação Física em Portugal deve mudar de paradigma. A página da educação, nº 166, p. 16.
- Rego, L. (2002). A Educação Física e o Desporto Escolar. A Página da Educação, nº 110, 12.
- Roche, F. P. (1998). *La planificación estratégica en las organizaciones deportivas*. Barcelona: editorial Paidotribo.
- Rosado, A. (1995). *Educação Física e desenvolvimento pessoal e social*. Lisboa: Edições FMH-UTL.
- Sacristán, C. A., Jerez, V. H. & Ajenjo, J. A. F. (1996). *Gestión y dirección de empresas deportivas. Teoría y práctica*. Madrid: Gymnos Editorial.
- Silva, A. & Sarmento, H. (2015). Desporto Escolar – Representações dos coordenadores regionais/locais. *Journal of Pedagogy and Research*, 1 (8), 82-93.
- Silva, A. (1988). *Considerações e outros textos*. Lisboa: Assírio & Alvim
- Soares, J. (2009). Percepções dos professores do desporto escolar sobre a relação entre o sector escolar e o sector federado da Região Autónoma da Madeira. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto [supl.1]*, 9 (2), 76-82.
- Teixeira, P. (2007). O Desporto Escolar: Estudo dos serviços prestados nas escolas básicas do 2º e 3º ciclos do concelho de Gondomar. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Desporto – Universidade do Porto, Portugal.

**Consultas online**

- Bento, J. O. (2005). Para um país desportivo. Congresso do Desporto (p. 1-25). Universidade do Porto. Acedido em janeiro 15, 2015, em [http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CProf\\_Jorge\\_Bento.pdf](http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CProf_Jorge_Bento.pdf)
- Carta Europeia do Desporto (1992). *Web site*. Acedido outubro 28, 2015 em <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc120.pdf>
- Desporto Escolar. História [em linha]. *Direção Geral de Educação – Ministério da Educação*. *Web site*. Acedido outubro 28, 2015 em <http://desportoescolar.dge.mec.pt/historia>.
- Documento orientador do desenvolvimento do Desporto Escolar (2003). *Jogar pelo futuro: Medidas e metas para a década*. Ministério da Educação, 1 - 25. Acedido em janeiro 26, 2016, em <http://www.spef.pt/image-gallery/36143331776411-Colgios-Educao-Docs-de-Referencia-Doc-orientador-para-o-desenvolvimento-do-DE-2003.pdf>
- Gouveia, A. C. (2012). *O Badminton no Desporto Escolar e a Transição para o Desporto Federado no Concelho de Cascais*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Madeira, Portugal. Acedido janeiro 15, 2016, em <http://repositorio.uma.pt/bitstream/10400.13/485/1/MestradoAnt%C3%B3nioGouveia.pdf>
- Guimarães, M. (2005, dezembro). In: Congresso do Desporto. Lisboa. Acedido janeiro 26, 2016, em [http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros/lisboa\\_MGuimaraes.pdf](http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros/lisboa_MGuimaraes.pdf)
- Lucas C. & Bravo, R. (2005, novembro, 29). Desporto escolar está à deriva. *Diário de Notícias*. Acedido janeiro 6, 2016, em <http://www.dn.pt/arquivo/2005/interior/desporto-escolar-esta-a-deriva-630362.html>
- Martins, C. F. (2013). Quando a escola deixar de ser uma fábrica de alunos. Público. Acedido março 15, 2016, em <http://www.publico.pt/temas/jornal/quando-a-escola-deixar-de-ser-uma-fabrica-de-alunos-27008265#>
- Piéron, M. (s.d.). Didáctica e investigación en la educación física y el deporte escolar. 1-9. Acedido novembro 5, 2015, em <http://servicios2.abc.gov.ar/lainstitucion/sistemaeducativo/educacionfisica/materialdeconsulta/documentosdescarga/generales/mp.pdf>
- Programa do Desporto Escolar 2013/2017. Direção Geral de Educação. Acedido novembro 5, 2015, em [http://www.dgeste.mec.pt/dsrlvt/de/normativos/Programa\\_Desporto\\_Escolar\\_2013\\_2017.pdf](http://www.dgeste.mec.pt/dsrlvt/de/normativos/Programa_Desporto_Escolar_2013_2017.pdf)

- Queiroga, S. R. (2000). Democracia, comunicación, cultura popular y deporte. Lectura: Educación Física y Deportes. Revista digital, 5 (18), 1-2. Acedido novembro 16, 2015, em <http://www.efdeportes.com/efd18a/democ.htm>
- Salguero, A. R. C. (2010). El deporte como elemento educativo indispensable en el área de educación física. *EmásF. Revista Digital de Educación Física*, 1(4), 23-36. Acedido novembro 14, 2015, em [http://emasf2.webcindario.com/NUMERO\\_4.pd](http://emasf2.webcindario.com/NUMERO_4.pd)

### **Consultas de legislação**

- Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional (2005). *Web site*. Acedido dezembro 17, 2015 em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M de 11 de janeiro. Estabelece as bases do sistema desportivo da Região Autónoma da Madeira. Diário da República. 8. Série I.
- Decreto nº 21.110/1932, de 16 de abril. Regulamento da Educação Física nos Liceus. Diário do Governo. 90. Série I.
- Decreto-Lei 125/2011, de 29 de dezembro, que aprova a orgânica do Ministério da Educação e Ciência. Diário da República. 252. Série I.
- Decreto-Lei 133/93 de 26 de abril. Aprova a lei orgânica do Ministério da Educação. Diário da República. 97. I Série-A.
- Decreto-Lei 141/93 de 26 de abril. Estabelece a orgânica das direções regionais de educação (DRE) como serviços regionais do Ministério da Educação que asseguram a orientação, coordenação e apoio aos estabelecimentos de ensino não superior. Diário da República. 97. I Série-A.
- Decreto-Lei nº 125/2011 de 29 de dezembro. Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência. Diário da República. 249. Série I.
- Decreto-Lei nº 14/2012 de 20 de janeiro. Aprova a orgânica da Direção Geral da Educação (DGE). Diário da República. 15. Série I.
- Decreto-Lei nº 150/86 de 18 de junho. Extingue os serviços de coordenação da Educação Física e do Desporto Escolar. Diário da República. 137. Série I.
- Decreto-Lei nº 165/96 de 5 de setembro. Cria o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Diário da República. 206. I Série-A.

- Decreto-Lei nº 208/2002 de 17 de outubro. Aprova a nova orgânica do Ministério da Educação. Diário da República. 240. I Série-A.
- Decreto-Lei nº 266-F/2012 de 31 de dezembro. Aprova a orgânica da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Diário da República. 252. Série I.
- Decreto-Lei nº 266-G/2012 de 31 de dezembro. Altera (primeira alteração) o
- Decreto-Lei nº 408/71, de 27 de setembro. Criação da Direção Geral da Educação Física e Desportos. Diário da República. 228. Série I.
- Decreto-Lei nº 553/77 de 31 de dezembro. Reestrutura a Direção Geral dos Desportos. Diário da República. 302. Série I.
- Decreto-Lei nº 554/77 de 31 de dezembro. Define a competência das Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e da Inspeção Geral do Ensino Particular, no âmbito do ensino da educação física. Diário da República. 302. Série I.
- Decreto-Lei nº 694/74 de 5 de dezembro. Cria a Direção Geral dos Desportos, confia a tarefa de orientação e inspeção pedagógica da disciplina de Educação Física às Direcções-Gerais do Ensino e revê a competência da Direção Geral dos Desportos. Diário da República. 283. Série I.
- Decreto-Lei nº 82/73, de 3 de março. Organização da Direção Geral da Educação Física e Desportos. Diário da República. 53. Série I.
- Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de fevereiro. Regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar. Diário da República. 47. I Série-A.
- Despacho Conjunto nº 1/SEAM/SESE/92 de 25 de janeiro. Institui o grupo de trabalho para o desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (GTDEFDE). Diário da República. 21. Série II.
- Despacho Conjunto nº 269/2006 de 22 de março. Determina a constituição da comissão para a reavaliação do Desporto Escolar (CREDE). Diário da República. 58. Série II.
- Despacho nº 108 – A/ME/92 de 22 de julho. Extingue o GTDEFDE e cria a “Task-Force” (grupo de peritos) para a elaboração dos programas do Desporto Escolar. Diário da República. 167. Série II.
- Despacho nº 13608/2012, de 19 de outubro. Criação das unidades flexíveis e constituição das equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação. Diário da República. 203. Série II.
- Despacho nº 6984-A/2015, de 23 de junho. Determina o número de créditos de tempos letivos a atribuir para o Programa de Desporto Escolar no ano letivo 2015-2016. Diário da República. 120. Série II.
- Lei nº 46/86 de 14 de outubro. Lei de bases do sistema educativo. Diário da República. 237. Série I.

Lei nº 49/2005 de 30 de agosto. Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República. 166. I Série-A.

Lei nº 5/2007 de 16 de janeiro. Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto. Diário da República. 11. Série I.

Portaria nº 29/2013 de 29 de janeiro. Fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Diário da República. 20. Série I.

Portaria nº 434/78 de 2 de agosto. Estabelece normas relativas dos serviços de Educação Física e Desporto Escolar. Diário da República. 176. Série I.



**ANEXOS**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
REGISTO BIOGRÁFICO

## I — IDENTIFICAÇÃO

Nome <b>LUÍS MANUEL ALVES COSTA</b>					
Filiação <b>MANUEL MARIA PEREIRA DA COSTA</b>					
<b>MARIA DE FÁTIMA DE BARROS ALVES COSTA</b>					
Nascimento <b>09 / 10 / 73</b>		Freguesia <b>LOIVO</b>	Concelho <b>V. NOVA DE CERVEIRA</b>		
B. I. n. <b>10165613</b>	VALIDADE <b>26 04 / 2000</b>	<b>23 / 12 / 99</b>	/ /	/ /	N.º Fiscal <b>209431798</b>

23/04/2005

## II — RESIDÊNCIA

Morada	Localidade	Telefone
<b>RUA COSTA BRAVA VILA NOVA DE CERVEIRA</b>	<b>VIANA DO CASTELO</b>	<b>051/795758</b>
		<b>938381005</b>

## III — HABILITAÇÕES

Académicas	<b>LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA (CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO VARIANTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA)</b>		
	<b>15 VALORES (ESTÁGIO INTEGRADO)</b>		
	<i>Mestrado em Ciência do Desporto na Área de Especialização em Desporto de Recreação e Lazer em 15.01.2001 com a classificação final de Muito Bom</i>		
Profissionais	Prof. em exercício - concluído em <b>28 / 06 / 95</b>	D. R. n.º de / /	Classif. <b>15 Valores</b>

## IV — SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUIÇÕES PREVIDÊNCIA	N.º Insc.	INSTITUIÇÕES PREVIDÊNCIA	N.º Insc.	Quota
Caixa Geral Aposentações	<b>1294771</b>	Caixa Previdência M.E.		
Montepio Servidores Estado	<b>A/ 1294771</b>	Cofre Prev. dos Fun. e Agentes do Estado		
A.D.S.E. SS/ 016277490	<b>942162700 SS</b>			
Obra Social		Sindicato		
Famíliares (A.D.S.E.)				

## V — ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ONDE TEM PRESTADO SERVIÇO:

ANO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	PROVIMENTO			CATEGORIA	N.º Horas Sem.	EXERCÍCIO	
		Forma	D. R.	Visto T. Contas			Início	Termo
95/96	ESCOLA C&S DE REVELHE	CONTRATO	256 5/11/96	17 18/96	PROF. PROFISS. E.F	22	01/09	31/08
96/97	Escola EB2,3 José dos Anjos	"	"	"	" " "	22	1/9	31/8
97/98	ESCOLA EB 2,3 DO PINHÃO	"	1204 Ap. 115	4.9.98	" " "	22	01/09	31.8
98/99	Escola B 2,3 de Cerva	"	AP. 93 27.07.99		Prof. Prof. Ed. Fis	22	1.09	31.08
99/00	Escola EB 2,3/S.Prof. Antº da Natividade	Nomeação	105-AP.55 07/5/01	---	P.Q.Z.P. Ed. Fis	22	01.09	31.8 a)
00/01	ESCOLA EB2,3 SÃO PAIO MOREIRA CONEGOS	TRANSF.	AP. Nº 8 30.01.02		PQZP Ed. Física	22	01.09	31.08
01/02	Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes				" " "	22	01.09	31.08
02/03	Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes				" " "	22	01/09	31.08
03/04	Agrupamento de Escola Abel Varzim				" " "	22	01.09	31.08
04/05	Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes				" " "	22	01/09	31.08
05/06	Escola EB1,2,3 de Fragoso b)				" " "	22	01/09	31.08
06/07	AGRUP. ESCOLAS TERRITORIO ED. COURA	Transf.			" " "	22	01/09	31/08
07/08	" " " " "	"			" " "	22	01/09	31/08
08/09	" " " " "	"			" " "	22	01/09	31/08
09/10	" " " " "	"			" " "	22	01/09	31/08
10/11	" " " " "	"			" " "	22	01/09	31/08
11/12	" " " " "	"			" " "	22	01/09	31/08
12/13	" " " " "	"			" " "	22	01/09	31/08
13/14	AGRUPAMENTO ESCOLAS DE PAREDES COURA	"			" " "	22	01/09	31/08
14/15	" " " " "	"			" " "	22	01/09	31/08
15/16	" " " " "	"			" " "	22	01/09	

OBSERVAÇÕES: a) Destacado na APPACDM - Viana do Castelo. b) Pertencente ao Agrupamento Verti-  
cal de Escolas de Fragoso

## VI — DIURNIDADES E FASES

DIURNIDADES			FASES				
N.º	Data Electiv.	Disposição Legal	N.º	Data Electiv.	D. República	Conced. a partir	Visto T. Contas
1			1	01.09.99	3.ª Esc. - Ind. 151		
2			2	01.01.00	4.ª Esc. - Ind. 163		
3			3	01.02.01	5.ª Esc. - Ind. 183		
4			4	01.09.03	6.ª esc. - Ind. 205		
5							

01.02.2010 - 4.º Escalão - Índice 218

## VII — OUTRAS ACTIVIDADES ESCOLARES

Cargo	Estabelecimento de Ensino	Nomeação	Exoneração	Observações
DEL. ESC. DE CANDAGEN DE S. INST.	ESCOLA EB.2 E 3 DE REVELHE	95/96		
Coord. Desp. Escolar	Escola EB 2,3 do Pinhão	97/98		
Repres. Discip.	Escola EB 2,3 de Cerva	98/99		
Director de Turma	Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes	2001/02		
" " "	" " " "	2004/05		
" " "	Agrupamento Vertical de Escolas de Fragoso	2005/06		
Director Turma	Agrupamento Escolas Territorio Ed. Coura	2006/07		
" " "	" " " " "	2007/08	2012/13 ; 2013/14;	
Representante EF 2.º Ciclo	" " " " "	2007/08		
Director Turma	Agrupamento Escolas Carrazedo Montenegro	1996/1997		
Coordenador DEsporto Escolar	Agrupamento Escolas Territorio Ed. Coura	2012/13		

## VIII — SITUAÇÕES DIVERSAS

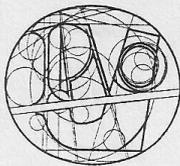

## IX — CESSAÇÃO DE FUNÇÕES

Limite de idade	Categoria
Aposentação / / D. R.	Est. Ensino
Exoneração ou Demissão / / D. R.	Falecimento

## X — DISCIPLINA


## XI — OUTRAS INDICAÇÕES

Bonificação de tempo de serviço ao abrigo do art.º 54 - 5.º Escalão em 01/02/2001, conforme ofício nº 011525 da DREN.



## CERTIDÃO

*ANTÓNIO MANUEL PEREIRA CORREIA*, Secretário da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

CERTIFICO, em face do arquivo respectivo, que **LUÍS MANUEL ALVES COSTA**, natural de Loivo, concelho de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo, nascido em 09 de Outubro de 1973, filho de Manuel Maria Pereira da Costa e de Maria de Fátima Barros Alves Costa, concluiu nesta Escola Superior de Educação em 28 de Junho de 1995, o Curso de Professores do Ensino Básico, Variante de Educação Física, com a classificação de 15 (quinze) valores, sendo-lhe conferido o grau de LICENCIATURA.

Por ter sido requerida e para constar se passou a presente certidão que vai autenticada com o selo branco em uso no Instituto Politécnico.

Secretaria da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, em 1996.02.05.

O SECRETÁRIO,



Emol. 500S00

Conferi,

*Sapota*



**HAC LUCE**

**JOSÉ MARÍA BARJA PÉREZ**  
REITOR DA UNIVERSIDADE DA CORUÑA

Considerando que, conforme ás disposicións desta Universidade e á lexislación vixente,

Don **Luis Manuel Alves Costa**  
con D.N.I. n.º 10165613 nacido o día 9/10/1973  
natural de **Viana do Castelo ( Portugal )** de nacionalidade Portuguesa  
superou os estudos universitarios correspondentes ó:

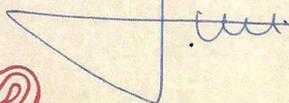
**CURSO DE POSGRAO EN ACTIVIDADE FÍSICA E SAÚDE**

Organizado pola Universidade da Coruña, realizado durante o curso académico 1996/97, cun total de 30 Créditos e 300 (trescentas) horas, expide o presente título propio de:

**EXPERTO UNIVERSITARIO**  
**EN**  
**ACTIVIDADE FÍSICA E SAÚDE**

Dado na Coruña, a 15 de decembro de 2009

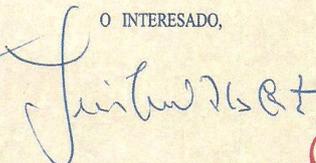
O DIRECTOR DO CURSO,



O REITOR,

José María Barja Pérez

O INTERESADO,



E - 2009 - 0011

O presente título entrégase como propio sen que teña carácter oficial nin validez en todo o territorio nacional



**UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física**

*Maria Isabel Tavares de Abreu Rosendo Claro,*  
 Directora de Serviços da Faculdade de Ciências do Desporto e de  
 Educação Física da Universidade do Porto.

Certifico, em face do arquivo respectivo, que: *LUIÍS*  
*MANUEL ALVES COSTA*, filho de Manuel Maria Pereira  
 da Costa e Maria de Fátima de Barros Alves Costa, natural da  
 Freguesia de Loivo, Concelho de Vila Nova da Cerveira, Distrito  
 de Viana do Castelo, tendo frequentado com aproveitamento o  
 curso de Mestrado em Ciência do Desporto na área de  
 especialização em **Desporto de Recreação e Lazer** e  
 defendido, perante um Júri legalmente constituído a dissertação  
 com o título "A RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÚDICO E  
 A SUA UTILIZAÇÃO COMO ACTIVIDADE FISICA PARA  
 PESSOAS IDOSAS - Estudo dos aspectos motivacionais que  
 favorecem a continuidade da sua prática" foi-lhe concedido no  
 dia 15 de Janeiro de 2001, o Grau de Mestre em Ciência  
 do Desporto na área de especialização de **Desporto de**  
**Recreação e Lazer** tendo sido aprovado com a classificação  
 final de **MUITO BOM** por unanimidade.

Emol: 2 500\$00 (dois mil e quinhentos escudos)

A presente vai firmada com o selo branco desta Faculdade.  
 Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da  
 Universidade do Porto, aos 19 de Janeiro de 2001.

*Ed* O Chefe de Secção

*Red* A Directora de Serviços

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Instituto Politécnico de Viana do Castelo  
Escola Superior  
de Educação

## DECLARAÇÃO

Professor Doutor César Augusto Araújo Fernandes Meira de Sá  
Diretor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana  
do Castelo, declara que:

Luis Manuel Alves Costa, Licenciado em Educação Física e Mestre  
em Ciências do Desporto – especialidade de Recreação e Lazer, na área de  
Actividade de Montanha (pedestrianismo, escalada, orientação), colaborou  
como docente nesta Escola Superior de Educação, no Departamento de  
Motricidade Humana, para leccionar as disciplinas de Actividades Físicas  
Desportivas Alternativas II (módulos de Actividades de Montanha e  
Escalada), nos anos lectivos 2007/2008, 2008/2009 e 2009/2010.

Por ter sido requerida e para constar se passou a presente declaração  
que vai assinada e autenticada com o carimbo em uso nesta Escola

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do  
Castelo, 25 de Março de 2015

O DIRETOR



Professor Doutor César Augusto Fernandes Meira de Sá





Universidade Fernando Pessoa  
www.ufp.pt

## DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos se declara que Luís Manuel Alves Costa, portador do Bilhete de Identidade n.º 10165613 e Contribuinte n.º 205431798, foi docente desta Instituição, em regime de prestação de serviços, tendo lecionado, na Universidade Fernando Pessoa, as seguintes unidades curriculares:

### Ano Letivo de 2001/2002

Unidade curricular	licenciatura	ano	semestre	n.º total de horas
Pedagogia da Educação Física e do Desporto	Motricidade Humana	4º	1º	60h
Gestão do Desporto		4º	1º	30h
		4º	2º	28h
<b>Total</b>				<b>118h</b>

### Ano Letivo de 2002/2003

Unidade curricular	licenciatura	ano	semestre	n.º total de horas
Pedagogia da Educação Física e do Desporto	Motricidade Humana	4º	1º	64h
Gestão do Desporto		4º	2º	54h
<b>Total</b>				<b>118h</b>

### Ano Letivo de 2003/2004

Unidade curricular	licenciatura	ano	semestre	n.º total de horas
Pedagogia da Educação Física e do Desporto	Motricidade Humana	4º	1º	64h
Gestão do Desporto		4º	2º	64h
<b>Total</b>				<b>128h</b>

### Ano Letivo de 2004/2005

Unidade curricular	licenciatura	ano	semestre	n.º total de horas
Pedagogia da Educação Física e do Desporto	Motricidade Humana	4º	1º	60h
Gestão do Desporto		4º	2º	60h
<b>Total</b>				<b>120h</b>



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"  
NIPC. 502 057 602 • Reg. Comercial n.º 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto

Reitoria • [Faculdade de Ciência e Tecnologia] • [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] Praça 9 de Abril, 349 • 4249-004 Porto-Portugal • T. +351 22 507 1300 • F. +351 22 550 8269 • geral@ufp.edu.pt  
[Faculdade de Ciências da Saúde] Rua Carlos da Maia, 296 • 4200-150 Porto • T. +351 22 507 4630 • F. +351 22 507 4637 • geral.asaude@ufp.edu.pt • [Edifício das Clínicas Pedagógicas] Rua Delírio Maia, 334  
4200-253 Porto • T. +351 22 509 6371 • F. +351 22 509 4637 • geral.asaude@ufp.edu.pt • [Unid. de Ponte de Lima - Casa da Garrida] Rua Conde de Bertandos • 4990-078 Ponte de Lima • T. +351 25 874 1026  
Fax +351 25 874 1412 • geral.plima@ufp.edu.pt

Carta verba

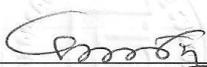
## Ano Letivo de 2005/2006

Unidade curricular	licenciatura	ano	semestre	n.º total de horas
Pedagogia da Educação Física e do Desporto	Motricidade Humana	4º	1º	64h
Gestão do Desporto		4º	2º	52h
			<b>Total</b>	<b>116h</b>

Por ser verdade e nos ter sido solicitada, passamos a presente declaração que assinamos e autenticamos com o selo branco em uso na Instituição.

Porto, 30 de março de 2015

O Presidente da FFP

  
(Prof. Doutor Salvato Trigo)